



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2026
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS ME/EPP, EXCETO OS ITENS DE Nº 37, 39, 51, 57 e 74.

PRIORITÁRIO PARA SEDIADA LOCAL, REGIONAL E MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE, REGIDO PELA LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E DECRETO MUNICIPAL Nº 598/2025.

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG**, inscrito no CNPJ sob o nº 66.229.105/0001-25, com sede na Rua Messias Nogueira da Silva, 500 – Centro, em Capitão Andrade/MG, CEP nº 35.123-000, Estado de Minas Gerais, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Jackson de Oliveira Machado, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 598/2025 e demais normas aplicáveis, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

INTERESSADO: Chefia de Gabinete, Secretária Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal do Esporte, Lazer, Cultura e Turismo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das **08h00min.** do dia **06/02/2026**, até às **09h00min.** do dia **26/02/2026**.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às **00h00min.** do dia **26/02/2026**.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma Licitar Digital – <https://licitar.digital>

Portaria Nº 154/2025, de 02 de setembro de 2025 – César da Rocha Fernandes – Pregoeira.

VALOR ESTIMADO DA AQUISIÇÃO: Valor total estimado para aquisição é de **R\$ 2.128.851,05** (dois milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinco centavos).

MODO DE DISPUTA: **ABERTO.**

ESCLARECIMENTOS:

Diretamente pela Plataforma Licitar Digital – <https://licitar.digital>

Telefone: (33) 3231-9124 – Prefeitura

E-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br

Horário de funcionamento: de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 16h00min.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de pneumáticos novos e serviços de reformas de pneus para manutenção da Frota de Veículos de Capitão Andrade/MG*, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante Anexo II – Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

1.3. Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, artigos 47 e 48, inciso I, os itens cujo valor total de referência seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são reservados para participação EXCLUSIVA de licitantes enquadradas como ME/EPP, com PRIORIDADE para aquelas ME/EPP sediadas local, regionalmente ou na mesorregião do vale do rio doce, o que não impede de as mesmas também apresentar propostas para os itens cujo valor total de referência ultrapasse este teto.

1.3.1. As licitantes não enquadradas como ME/EPP poderão apresentar proposta somente para os itens cujo valor total de referência ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme valores constantes do Anexo II - Termo de Referência.

1.3.2. Para comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial ou órgão de registro competente, ou declaração sobre sua condição de ME/EPP expedida por Contador, conforme o item 9.4.1.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão empresas do ramo pertinente ao objeto e que comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste Edital e seus anexos.

2.2. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações da Licitar Digital (<https://licitar.digital/>).

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome e assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema informado no item 3.2 e mantê-los atualizados junto ao provedor do sistema e aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4.1. A não observância do disposto no caput deste item poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, cuja análise da Administração pautará na razoabilidade e proporcionalidade.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio; e

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) atuando nessa condição.

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.6.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Sociedades Cooperativas, mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o Microempreendedor Individual - MEI, em âmbito regional, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, no artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 598/2025, em especial o art. 9º.

Art. 9º. Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:

- I** *Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e*
- II** *De modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste Decreto e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos poderão priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento), observando o seguinte:*
- III** *Aplica-se o disposto no inciso anterior, nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado;(...)*

2.7.1. Considera-se âmbito regional, conforme §2º, inciso II do art. 1º do Decreto Municipal Nº 598/2025: MESORREGIÃO DO VALE DO RIO DOCE, obtido através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, composto por 102 Municípios, sendo eles: Açucena, Água Boa, Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Antônio Dias, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Braúnas, Bugre, Campanário, Cantagalo, Capitão Andrade, Caratinga, Carmésia, Central de Minas, Coluna, Conceição de Ipanema, Conselheiro Pena, Coroaci, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Divinolândia de Minas, Dom Cavati, Dolores de Guanhanes, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Fernandes Tourinho, Frei Inocência, Frei Lagonegro, Galileia, Goiabeira, Gonzaga, Governador Valadares, Guanhanes, Iapu, Imbé de Minas, Inhapim, Ipaba, Ipanema, Ipatinga, Itabirinha, Itambacuri, Itanhomi, Ituaçu, Jaguarauçu, Jampruca, Joanésia, José Raydan, Mantena, Marilac, Marliéria, Matelândia, Mathias Lobato, Mendes Pimentel, Mesquita, Mutum, Nacip Raydan, Naque,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

Nova Belém, Nova Módica, Paulistas, Peçanha, Periquito, Pescador, Piedade de Caratinga, Pingo-D' Água, Pocrane, Resplendor, Sabinópolis, Santa Bárbara do Leste, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria do Suaçuí, Santa Rita de Minas, Santa Rita do Itueto, Santana do Paraíso, São Domingos das Dores, São Félix de Minas, São Geraldo da Piedade, São Geraldo do Baixio, São João do Manteninha, São João do Oriente, São João Evangelista, São Jose da Safira, São Jose do Divino, São João do Jacuri, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Anta, São Sebastião do Maranhão, Sardoá, Senhora do Porto, Sobrália, Taparuba, Tarumirim, Timóteo, Tumiritinga, Ubaporanga, Vargem Alegre, Virginópolis e Virgolândia.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

3.1. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

3.2. Os licitantes deverão estar previamente cadastrados na plataforma de licitações da Licitar Digital, o qual poderá ser realizado em <https://licitar.digital>.

3.3. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do sítio da plataforma de licitações da Licitar Digital (<https://licitar.digital>).

3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotora da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

3.5. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.6. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

3.7. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.8. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.9. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão deste.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

4.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste Edital, proposta com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Está ciente do edital e concorda com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

4.4.3. A proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;

4.4.4. Atende aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.

4.4.5. Não incorre nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

4.4.6. Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

4.4.7. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze), na condição de menor aprendiz, nos termos do inciso XXXII do art. 7º da Constituição Federal;

4.4.8. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.4.9. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

4.7. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação dO(A) Pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.13. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

4.14. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances no prazo definido pelo Pregoeiro(a), de no mínimo 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

4.14.1 - Sendo necessário a comprovação de exequibilidade de preços da proposta vencedora, o pregoeiro no uso de suas atribuições, abrirá diligência, concedendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para comprovação dos preços por meio de notas fiscais, contratações semelhantes ou comprovação equivalente. É válido ressaltar que as comprovações devem ser anexadas junto a plataforma licitar digital dentro do prazo estipulado, sob pena de desclassificação.

4.14.2 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- II Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

4.15. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

4.15.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do(a) Pregoeiro(a), via sistema.

4.16. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.17. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

4.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

4.19. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

4.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

4.21. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca, modelo e fabricante dos produtos ofertados, para os itens possíveis de indicar;

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (Anexo II);

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma de licitações da Licitar Digital, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

5.8. Os documentos de habilitação deverão ser anexados no sistema juntamente com a proposta, previamente à abertura da sessão pública e sua ausência ensejará em desclassificação.

5.9. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO OU APRESENTAÇÃO DO ANEXO V, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

() Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.

() Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

() Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;

() Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

() Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.

() Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

() Sim, ME () Sim, EPP () Não, outros enquadramentos.

5.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital

5.10.1. Caso a plataforma Licitar Digital abra mais abas/opções de envio de declarações, será respeitada aquelas que o ato convocatório exige.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre O(A) Pregoeiro(a) e os licitantes.

6.4. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.5. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

- 6.10.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.11.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.12.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.13.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,50 (cinquenta centavos).**
- 6.14.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.14.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.14.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.14.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.15.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.16.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.17.** Não serão aceitos 2 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.18.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.19.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.20.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006.
- 6.22.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

6.22.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

6.23.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.23.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei

6.23.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.23.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.24.2. Empresas brasileiras;

6.24.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.25. Se ainda persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeiro(a) deverá negociar condições mais vantajosas.

6.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.29. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

6.30. O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.30.1. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.31. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);
- b)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria - Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e/ou
- c)** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa jurídica, da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, O(A) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. Contiver vícios insanáveis;

7.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

7.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.11. O(A) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação/desclassificação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período.

7.12. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) Pregoeiro(a).

7.13. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.15.1. Se tratando de Lote, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1. Para julgamento, será adotado o critério de menor preço por item, observados o valor máximo aceitável, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

8.2. O(A) Pregoeiro(a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

8.3. Se a proposta de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

8.6. Serão rejeitadas as propostas que:

8.7. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

8.8. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão do(a) Pregoeiro(a).

8.9. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a aquisição do bem.

8.10. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

8.11. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

8.12. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

8.13. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat, para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30(trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema da plataforma Licitar Digital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes poderão encaminhar, nos termos deste Edital, juntamente com a **PROPOSTA, A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, ANTES DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, a seguir informada:

9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 66 DA LEI 14.133/2021):

9.2.1. Registro comercial no caso de firma individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

9.2.3. Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

9.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 67 DA LEI 14.133/2021):

9.3.1. Atestado de Capacidade Técnica expedido em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o seu desempenho em fornecimento pertinente e compatível em características, prazo e qualidade com o objeto desta licitação.

9.3.2. Certificado de Qualidade do INMETRO, cópia autenticada ou cópia autenticada da publicação em órgão oficial. (exigência somente para os itens de pneus)

9.3.3. Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, Cadastro Técnico Federal, emitido em nome do Fabricante ou Importador dos pneus, cadastro de fabricação de pneus e similares; De acordo com a Resolução do CONAMA nº 416/2009, bem como, Instrução Normativa IN nº 01/2010 do IBAMA - Ministério do Meio Ambiente. (exigência somente para os itens de pneus)

9.3.4. DECLARAÇÃO de que os pneus a serem entregues não são remoldados, recauchutados e/ou reconstituídos, e que contém o selo de aprovação do INMETRO e possui data de fabricação impressa no produto não superior a 01 (um) ano a contar da data de sua fabricação. (exigência somente para os itens de pneus)

9.3.5. Alvará de funcionamento e localização.

9.3.6. Licença de Operação (LO) para a execução da atividade pertinente ao objeto desta licitação, expedida por órgão ambiental competente e válida na data da apresentação da proposta. A licença deverá estar emitida em nome do fabricante ou importador. Caso o licitante seja comércio varejista ou atacadista de pneumáticos, a licença deverá estar em nome do fabricante ou importador do produto ofertado, devendo corresponder as marcas de pneus ofertados. Não sendo permitida a substituição da Licença de Operação por LAO EMITIDA POR ÓRGÃO MUNICIPAL. O não cumprimento desta exigência implicará a desclassificação da proposta. (exigência somente para os itens de pneus)

9.3.7. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (conforme item 5.9 deste edital e Anexo V).

9.3.8. Catálogo/folder's do fabricante ou importador, em Português, com a descrição dos pneus a serem adquiridos; vedado apresentação de catálogos copiados de sites de internet ou montados por importadores sem fonte de pesquisa de sua autenticidade (direto do seu fabricante). No caso de pneus de origem IMPORTADA, os catálogos deverão ser de seus fabricantes traduzidos em língua portuguesa com a fonte de pesquisa de sua autenticidade, que validará as informações técnicas e descritivas dos pneus novos. (exigência somente para os itens de pneus)

9.4. DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (ART. 68 DA LEI 14.133/2021):

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP);

9.4.2. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;

9.4.3. Prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual**;

9.4.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, **Cartão de Inscrição Estadual**, (se houver);

9.4.5. Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

9.4.6. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

9.4.8. Prova do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, mediante declaração nos termos do item 5.9 e Anexo V deste edital.

9.5. DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (ART. 69 DA LEI 14.133/2021):

9.5.1. Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis na forma da lei, assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrados nos órgãos de controle, nos termos do art. 69, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.5.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.6 - Nos termos do art. 63, inciso II, da Lei 14.133/2021, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento, **será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.**

9.6.1. Nota 01 – A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6.2. Nota 02 – As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

9.6.3. Nota 03 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

9.6.4. Nota 04 – Será aplicado no presente edital o entendimento adotado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), no Acórdão nº 1211/2021:

“Acórdão 1211/2021 Plenário (Representação, Relator Ministro Walton Alencar Rodrigues) Licitação. Habilitação de licitante. Documentação. Documento novo. Vedação. Definição. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta

9.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, obrigatoriamente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

9.8.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

9.8.2. Se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.8.3. Se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente.

9.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples, enviados por meio do sistema em formato digital, ou por cópia autenticada nos termos do inciso IV do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.10. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal, nos termos do inciso V do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

9.11. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

9.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14. Após a abertura da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (art. 64 da Lei nº 14.133/2021), para:

9.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. As ME e EPPs deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

9.18.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente apresentar preço inferior ao menor preço ofertado na etapa de lances, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.18.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Pregoeira(o).

9.18.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

9.18.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (uteis) dias corridos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e no portal transparência do município e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.5.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.6.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.6.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

12.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados nas dependências da Prefeitura.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro(a)/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

13.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

13.1.6. Fraudar a licitação.

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

13.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;

13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas dos itens 13.1.4 a 13.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas dos itens 13.1.1 a 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas dos itens 13.1.4 a 13.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas dos itens 13.1.1 a 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica diretamente pelo portal de licitações da Licitar Digital, no local específico dentro do processo licitatório em análise.

14.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no próprio sistema da Licitar Digital, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.6. Decairá o direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

15 – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO

15.1 - O cumprimento do disposto neste instrumento será fiscalizado pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do Sr. William Pereira Conceição, que acompanhará a entrega, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

15.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;
- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmos julgados necessários.

15.3. A gestão do contrato será exercida pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Nicodemos Fernandes.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.7.1. A entrega dos pneus será realizada de forma parcelada e mediante a solicitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

emitida pelo Setor de Compras ou pelo representante da Secretaria Responsável, **em até 05 (cinco) dias corridos**, prazo este que pode ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante pedido expresso e devidamente justificado do(s) fornecedor(es) contratado(s) e mediante critério de conveniência e oportunidade da Administração.

16.7.2. A prestação dos serviços de reforma será realizada de forma parcelada e mediante a solicitação emitida pelo Setor de Compras ou pelo representante da Secretaria Responsável, devendo o(s) pneu(s), após reformado(s), ser(em) devolvido(s) na sede do Município **em até 10 (dez) dias úteis**, prazo este que pode ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante pedido expresso e devidamente justificado do(s) fornecedor(es) contratado(s) e mediante critério de conveniência e oportunidade da Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no portal do município e no e no Portal de Licitações da Licitar Digital.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) **Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;**
- b) **Anexo II – Termo de Referência;**
- c) **Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;**
- d) **Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;**
- e) **Anexo V – Modelo de Declaração Unificada;**
- f) **Anexo VI – Decreto Municipal nº 598, de 14 de outubro de 2025.**

16.12. Considerando que os anexos acima identificados são parte integrante do Edital, todas as disposições ali previstas serão aplicadas para a presente licitação, sendo, portanto, de leitura obrigatória dos licitantes.

16.13. O foro competente para dirimir as controvérsias deste Edital é o da Comarca de Itanhomi, Estado de Minas Gerais.

16.14. Informações sobre o andamento da licitação poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações do município, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, ou pelo telefone (33) 3231-9124, e e-mail: licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através do Portal Eletrônico Licitar Digital – <https://licitar.digital>.

Município de Capitão Andrade/MG, 05 de fevereiro de 2026.

ELLEN GOMES DE OLIVEIRA
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

➤ Informações Básicas

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, para abertura de processo licitatório visando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de pneumáticos novos e serviços de reformas de pneus para manutenção da Frota de Veículos de Capitão Andrade/MG.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. A presente visa justificar a aquisição dos Itens integrantes desse Estudo Técnico Preliminar visando atender as necessidades das Secretarias requisitantes do Município de Capitão Andrade.

1.2. A necessidade central é estabelecer um registro de preços para a aquisição de pneumáticos novos e a contratação de serviços de reforma de pneus. Este registro permitirá que a administração pública realize compras de forma mais eficiente, ágil e econômica, garantindo a disponibilidade contínua de pneus para sua frota de veículos. A aquisição de pneumáticos novos é fundamental para repor os pneus desgastados ou danificados que não comportam reforma, assegurando a segurança e a operacionalidade dos veículos. Os serviços de Alinhamento e Balanceamento realizado nas rodas dos veículos se torna essencial visando a vida útil dos pneumáticos e ao mesmo tempo oferecendo mais conforto e melhorando a dirigibilidade o que reflete diretamente na segurança dos ocupantes bem como para todos que trafegam nas vias públicas. Paralelamente, a reforma de pneus representa uma alternativa econômica e sustentável, estendendo a vida útil dos cascos e reduzindo custos a longo prazo. Além destacar alguns pontos que se sobressaem favorecendo essa contratação como:

1.2.1. Otimização dos custos permitindo que a compra de itens em lotes menores, conforme a real necessidade, evitando o acúmulo de estoque e reduzindo custos com armazenagem e depreciação. Além disso, possibilita a negociação de preços mais vantajosos devido ao volume potencial de aquisições.

1.2.2. A agilidade na Aquisição simplifica e desburocratiza o processo de compra, uma vez que os preços e condições já estarão previamente registrados, permitindo aquisições rápidas e eficientes.

1.2.3. Padronização e qualidade garante a padronização dos produtos e serviços, assegurando a qualidade e a compatibilidade com os veículos e equipamentos da frota.

1.2.4. Previsibilidade no planejamento facilita o planejamento orçamentário, uma vez que os valores de referência estarão estabelecidos

1.3. A formalização de um registro de preços para ambos os itens otimiza o processo de compra ao dispensar a necessidade de licitações individuais a cada nova demanda. Isso agiliza o abastecimento, promove a padronização e permite negociações de volume, potencialmente resultando em preços mais vantajosos para a administração. Além disso, a flexibilidade do registro de preços atende às variações de demanda e tipos de veículos da frota, adaptando-se às necessidades específicas de cada órgão ou entidade durante o período de sua vigência.

1.4. A demanda por pneumáticos novos contempla diversas especificações, dimensões e tipos, adequados aos diferentes modelos de veículos (leves, pesados, utilitários, máquinas, etc.) e equipamentos utilizados. Da mesma forma, os serviços de reforma deverão abranger os diversos tipos de pneus que permitem essa prática, observando as normas técnicas e de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

segurança pertinentes.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PCA

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), tem como parâmetro às contratações do exercício anterior e está alinhada com o Plano Plurianual – PPA, Lei de diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Faz-se aqui solicitação para que seja realizado processo licitatório na modalidade Pregão na forma Eletrônica para REGISTRO DE PREÇOS, conforme regulamentação expressa no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 519 de 02 de maio de 2023, com vistas no fornecimento de pneumáticos e serviços de reforma, para manutenção dos veículos leves e pesados incluindo também as máquinas pesadas como tratores agrícolas, retroescavadeiras pás carregadeiras, etc. Pertencentes a frota municipal em pleno funcionamento em atendimento a necessidade das diversas das Secretarias Públicas Municipais. O fornecimento deverá ser parcelado, durante 12(doze) meses. Observando Fundamentação que descreve a necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020).

3.2. Conforme a necessidade das Secretarias demandantes considerando a descrição da necessidade a Prefeitura Municipal de Capitão Andrade, tem a responsabilidade de manter e conservar a frota Municipal visando atender às necessidades das Secretarias pontualmente para que dessa forma todo serviço disponível aos cidadãos possa ser prestado com máximo de qualidade, conforto e principalmente segurança. Como parte desse compromisso, é necessário adquirir os itens acima listados para o bom funcionamento das atividades do cotidiano como um todo, bem como da manutenção e conservação dos bens públicos, considerando a necessidade identificada no DFD, a aquisição do objeto visa manter e melhorar a infraestrutura dos serviços prestados pela Administração Municipal sempre alinhada com sua melhoria, bem como o bem estar e segurança dos passageiros transportados diariamente por veículos pertencentes a frota municipal de Capitão Andrade.

3.3. Os pneus devem ser novos, de primeira utilização, fabricados conforme as normas vigentes da ABNT e possuir certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), bem como demais certificações exigidas pela legislação brasileira. **O TREADWEAR, classificação numérica que indica a expectativa de vida útil da banda de rodagem deverá ser igual ou superior que 400(quatrocentos).** O fornecedor deve oferecer um período mínimo de garantia de no mínimo 5 anos contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega.

3.3.1. Especificações técnicas: Os pneus devem atender a características técnicas específicas (por exemplo, tamanho, índice de carga, classificação de velocidade, desenho da banda de rodagem) para vários tipos de veículos da frota (por exemplo, veículos de passeio, veículos comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas ou máquinas pesadas), conforme detalhado no anexo de especificações técnicas.

3.3.2. Etiquetagem: Os pneus devem apresentar claramente todas as informações obrigatórias conforme normas do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

3.4. Requisitos para serviços de recauchutagem de pneus deverá observar normas técnicas realizadas em estrita conformidade com a ABNT NBR 6090, ABNT NBR 14596 e demais normas técnicas pertinentes à reforma de pneus como:

3.4.1. A certificação da reformadora deverá possuir certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) válida para serviços de reforma de pneus, comprovando sua capacidade técnica e aderência aos padrões de qualidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

3.4.2. O controle da qualidade de reforma deve incluir um rigoroso controle de qualidade, garantindo a integridade estrutural e a segurança da reforma que deve ser rigorosamente seguido pela empresa. A empresa deve fornecer registros das etapas de controle de qualidade mediante solicitação. Os serviços realizados que não estiverem em conformidade com os padrões exigidos pelos órgãos fiscalizadores serão submetidos à inspeção do fiscal do contrato para verificar a conformidade com os padrões técnicos e a qualidade. Os serviços de reforma que não estiver em conformidade serão rejeitados e deverão ser reconicionados ou substituídos pela contratada sem custo adicional.

3.4.3. A garantia dos serviços de reforma dos pneus deve ser oferecida com prazo mínima de no mínimo **12 (doze) meses** para o serviço de reforma, cobrindo defeitos no processo e nos materiais utilizados, contados a partir da data de devolução do pneu reformado.

3.5. De uma forma geral a(s) contratada(s) deveram fornecer produtos/serviços condizentes com os de mais alto padrões de qualidade, a Administração busca aperfeiçoar e maximizar os recursos públicos na forma de aquisições de produtos com qualidade atestada fornecido por empresas com qualificação técnica comprovada.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

4.1. Para atender a demanda estima-se o consumo de bens, conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir;

- ✓ Para fins de demonstrar maior clareza ao objeto a ser licitado, as Secretarias disponibilizam as seguintes tabelas para maior compreensão dos itens e quantitativos a serem contratados por esta Administração, a saber:

RELAÇÃO DE VEÍCULOS E PRODUTO A SEREM ADQUIRIDOS:

Nº	Montadora	Modelo	Quantitativos e Produtos		Ano
			Quant.	Produtos	
01	VW	JETTA 2.0	08	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2014
02	VW	GOL G4 1.0 8V	12	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2012
03	VW	SAVEIRO G6 CS 1.6	12	PNEU NOVO 185/70R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2016
04	VW	GOL TL MCV 1.0	12	PNEU NOVO 175/65R14 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2016
05	FIAT	FIORINO FIRE 1.4 AMBULANCIA	12	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2012/2013
06	FIAT	PALIO FIRE 1.0 ECONOMY	12	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2016
07	FIAT	PALIO FIRE 1.0 ECONOMY	12	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2016
08	FIAT	UNO ATTRACTIVE	12	PNEU NOVO 175/65R14 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE,	2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				COM SELO DO INMETRO.	
09	FIAT	DOBLO ESSENCE 1.8	16	PNEU NOVO 185/65R15 92H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2017
10	FIAT	MOBI LIKE 1.0	12	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2017
11	FIAT	FIORINO 1.4 - AMULANCIA	16	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2019/2020
12	TOYOTA	ETIOS 1.3	16	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2018
13	FIAT	SIENA 1.4	08	PNEU NOVO 185/70R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2021
14	RENAUT	KANGOO 1.6 - AMULANCIA	08	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2013
15	CHEVROLET	SPIN PREMIER 1.8 07 LUGARES	16	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2021
16	FIAT	ARGO 1.0	20	PNEU NOVO 185/70R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023
17	CHEVROLET	SPIN PREMIER 1.8 - 07 UGARES	24	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
18	VW	SAVEIRO TRENDLINE CS	12	PNEU NOVO 205/60 R15 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2024
19	FIAT	STRADA VOLCANO	12	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2025
20	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 150 ES	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2010
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
21	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO	2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
22	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2015
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
23	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2015
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
24	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2015
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
25	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESDD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO	2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
26	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESDD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2018
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
27	MOTOCICLETA HONDA	CG TITAN ESD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 2,75-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	2006
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 90/90-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	
			03	CÂMARA DE AR 18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN).	
28	MOTOCICLETA HONDA	XRE 300 ABS POLÍCIA	02	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-21 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	2020
			02	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 120/80-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	
			02	CÂMARA DE AR 120/80-18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	
			02	CÂMARA DE AR 21 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	
29	MOTOCICLETA HONDA	NXR BROS 160 ESDD	03	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	2023
			03	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	
			03	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS)	
30	FIAT	TOURO FREEDOM MT D4 – DIESEL	12	PNEU NOVO 225/70R16 107H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2017
31	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER 516 CDI SAÚDE	18	PNEU NOVO 195/75 R16C TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2022
32	RENAULT	MASTER L2H2	12	PNEU NOVO 225/70R16C 112/110R TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2024/2025
33	IVECO	CITY CLASS 70C16 – Micro Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2012/2013
34	IVECO	CITY CLASS 70C16 – Micro Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2018/2019
35	IVECO	CITY CLASS 70C16 – Micro Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2018/2019
36	MARCOPOLO	VOLARE ATTACK 8 Escolar Rural Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
37	MARCOPOLO	VOLARE ATTACK 8 Escolar Rural Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
38	MARCOPOLO	VOLARE ATTACK 8 Escolar Rural Ônibus	12	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
39	VW	MASCARELLO Gran Micro S3	18	PNEU NOVO 235/75R17.5 BORRACHUDO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
			12	PNEU NOVO 235/75R17.5 LISO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
40	IVECO	TECTO 170E21 - CAMINHÃO PIPA	16	PNEU NOVO 275/80R22.5 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2022/2023
			08	PNEU NOVO 275/80R22.5 LISO 149/146M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

41	VW	15190 EOD ESC. SUPER – Ônibus	12	PNEU NOVO 1000R20 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2009
			06	PNEU NOVO 1000R20 LISO 149/146J, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			12	PROTETOR ARO 20	
42	VW	12140T - CAMINHÃO BASCULANTE	08	PNEU NOVO 900R20 RADIAL BORRACHUDO 140/137L , DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	1998
			04	PNEU NOVO 900R20 RADIAL LISO 140/137L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			12	PROTETOR ARO 20	
43	MERCEDES BENZ	1214 - CAMINHÃO BASCULANTE	08	PNEU NOVO 900R20 RADIAL BORRACHUDO 140/137L , DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	1997
			04	PNEU NOVO 900R20 RADIAL LISO 140/137L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			12	PROTETOR ARO 20	
44	MERCEDES BENZ	ATRON 2729 - CAMINHÃO BASCULANTE	16	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2014
			08	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL LISO 146/143L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
45	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER 416CDI – Ambulância	16	PNEU NOVO 225/75R16C 118/116R TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2020
46	MERCEDES BENZ	VAN SPRINTER 416CDI	12	PNEU NOVO 225/75R16C 118/116R TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2020
47	FIAT	VAN DUCATO ENGESIGMIC 2.3	12	PNEU NOVO 225/70R16 107H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2018
48	CITROEN	JUMPER 2.3	12	PNEU NOVO 205/75R16C 110/108R, TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2014
49	SCANIA	K113CL4X2 36 - Ônibus	16	PNEU NOVO 295/80R22.5 BORRACHUDO 152/148,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	1996
			10	PNEU NOVO 295/80R22.5 LISO 152/148M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
50	IVECO	TECTOR 24-280 caçamba	16	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE,	2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				COM SELO DO INMETRO.	
			08	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL LISO 146/143L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
51	IVECO	TECTOR 11-190 Compactador	18	PNEU NOVO 235/75R17.5 BORRACHUDO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2019
			12	PNEU NOVO 235/75R17.5 LISO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
52	FIAT	SCUDO	16	PNEU NOVO 215/65/R16 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2023/2024
53	CHEVROLET	Onix	120	PNEU NOVO 185/65R15 92H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2025/2026
54	CHEVROLET	S10	16	PNEU NOVO 265/60/R18 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2025/2026
55	ESCAVADEIRA	RETRO ESCAVADEIRA CATEPILLA 416 E	06	PNEU NOVO 19.5-24 16 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2013
			04	CÂMARA DE AR 19.5-24 RS TR218, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	
			06	PNEU NOVO 12.5/80-18 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO	
			04	CÂMARA DE AR 12.5/80-18 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			06	PROTETOR ARO 24	
56	CASE	PÁ CARREGADEIRA CASE W20 E	08	PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	2011
			08	CÂMARA DE AR 17.5-25 RS TR220A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			08	PROTETOR ARO 25	
57	CATERPILLAR	MOTONIVELADOR A CATERPILLAR 120K	18	PNEU NOVO 1400-24 16 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2014
			12	CÂMARA DE AR KM 24 RS TR220, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			10	PROTETOR ARO 24	
58	XCMG	RETRO ESCAVADEIRA XCMG XT870 BR	06	PNEU NOVO 19.5-24 16 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	2018
			04	CÂMARA DE AR 19.5-24 RS TR218, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	
			04	PNEU NOVO 14-17.5 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

			06	CÂMARA DE AR 14-17.5 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	PROTETOR ARO 24	
59	BUDNY	TRATOR BDY 6540 ES	04	PNEU NOVO 18.4X30 12 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	2020
			04	CÂMARA DE AR 18.4X30 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	PNEU NOVO 12.4X24 10 LONAS COM CÂMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	CÂMARA DE AR 12.4X24 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
60	MASSEY FERGUSON	TRATOR AGRICOLA MF4307	04	PNEU NOVO 18.4X30 12 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	2020
			04	CÂMARA DE AR 18.4X30 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	PNEU NOVO 12.4X24 10 LONAS COM CÂMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	CÂMARA DE AR 12.4X24 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
61	LS TRACTOR	TRATOR AGRICOLA PLUS 90	04	PNEU NOVO 18.4X30 12 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	2023
			04	CÂMARA DE AR 18.4X30 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	PNEU NOVO 12.4X24 10 LONAS COM CÂMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			04	CÂMARA DE AR 12.4X24 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
62	JCB	PÁ CARREGADEIRA 422ZX	08	PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	2023
			08	CÂMARA DE AR 17.5-25 RS TR220A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	
			08	PROTETOR ARO 25	

DESCRIÇÃO FINAL DOS SERVIÇOS E PRODUTOS A SERM LICITADOS:

Itens	Descrição	Unid.	Quant.
1	ALINHAMENTO DE VEÍCULOS MÉDIOS	SE	45
2	ALINHAMENTO VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS) SERVIÇOS;	SE	45
3	ALINHAMENTO VEÍCULOS LEVES;	SE	100
4	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS)	SE	45
5	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS LEVES;	SE	400
6	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS MÉDIOS	SE	80



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE

Estado de Minas Gerais

Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.

CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

7	CÂMARA DE AR 1000-20 RS V3-06RS, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
8	CÂMARA DE AR 12.4X24 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
9	CÂMARA DE AR 12.5/80-18 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	4
10	CÂMARA DE AR 120/80-18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2
11	CÂMARA DE AR 14-17.5 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	6
12	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24
13	CÂMARA DE AR 17.5-25 RS TR220A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
14	CÂMARA DE AR 18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN).	UN	4
15	CÂMARA DE AR 18.4X30 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
16	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS)	UN	24
17	CÂMARA DE AR 19.5-24 RS TR218, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	8
18	CÂMARA DE AR 21 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2
19	CÂMARA DE AR KM 24 RS TR220, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
20	CAMBAGEM DE VEÍCULOS LEVES	SE	60
21	CAMBAGEM VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS)	SE	15
22	CAMBAGEM VEÍCULOS MÉDIOS ;	SE	12
23	DUPLAGEM DE PNEU 12.4X24 10 LONAS COM CAMARA.	SE	8
24	DUPLAGEM DE PNEU 12.5/80-18.	SE	8
25	DUPLAGEM DE PNEU 1400-24	SE	6
26	DUPLAGEM DE PNEU 14-17.5 12 LONAS SEM CÂMARA.	SE	8
27	DUPLAGEM DE PNEU 17.5-25 16 LONAS SEM CÂMARA.	SE	8
28	DUPLAGEM DE PNEU 18.4X30 12 LONAS COM CÂMARA	SE	8
29	DUPLAGEM DE PNEU 19.5-24.	SE	8
30	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 2,75-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	UN	3
31	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24
32	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-21 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2
33	PNEU NOVO 1000R20 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
34	PNEU NOVO 1000R20 LISO 149/146J, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	06
35	PNEU NOVO 12.4X24 10 LONAS COM CÂMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
36	PNEU NOVO 12.5/80-18 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	4
37	PNEU NOVO 1400-24 16 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	14
38	PNEU NOVO 14-17.5 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	4
39	PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	12
40	PNEU NOVO 175/65R14 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24
41	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	48
42	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	44
43	PNEU NOVO 18.4X30 12 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO	UN	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

	FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.		
44	PNEU NOVO 185/65R15 92H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	136
45	PNEU NOVO 185/70R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	40
46	PNEU NOVO 19.5-24 16 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
47	PNEU NOVO 195/75 R16C TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	18
48	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	60
49	PNEU NOVO 205/60 R15 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
50	PNEU NOVO 205/75R16C 110/108R, TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
51	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	54
52	PNEU NOVO 225/70R16 107H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24
53	PNEU NOVO 225/70R16C 112/110R TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12
54	PNEU NOVO 225/75R16C 118/116R TREADWEAR 400 ACIMA, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	28
55	PNEU NOVO 235/75R17.5 BORRACHUDO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	36
56	PNEU NOVO 235/75R17.5 LISO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24
57	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24
58	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL LISO 146/143L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
59	PNEU NOVO 275/80R22.5 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
60	PNEU NOVO 275/80R22.5 LISO 149/146M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	08
61	PNEU NOVO 295/80R22.5 BORRACHUDO 152/148,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
62	PNEU NOVO 295/80R22.5 LISO 152/148M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	10
63	PNEU NOVO 900R20 RADIAL BORRACHUDO 140/137L , DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
64	PNEU NOVO 900R20 RADIAL LISO 140/137L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	08
65	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24
66	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 120/80-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	02
67	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 90/90-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	UN	03
68	PROTETOR ARO 20	UN	36
69	PROTETOR ARO 24	UN	20
70	PROTETOR ARO 25	UN	16
71	REFORMA DE PNEUS 12.4X24.	SE	12
72	REFORMA DE PNEUS 12.5/80-18.	SE	06
73	REFORMA DE PNEUS 1400-24.	SE	18
74	REFORMA DE PNEUS 17.5-25 L4.	SE	24
75	REFORMA DE PNEUS 18.4X30.	SE	12
76	REFORMA DE PNEUS 19.5-24 L2.	SE	12
77	REFORMA DE PNEUS 205/75R16.C.	SE	08
78	REFORMA DE PNEUS 215/75R17.5.	SE	72
79	REFORMA DE PNEUS 275/80R22.5	SE	24
80	REFORMA DE PNEUS 295/80R22.5	SE	20
81	REFORMA PNEU 1000R20 BORRACHUDO 149/146M,M+S	SE	12



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

82	REFORMA PNEU 1000R20 LISO 149/146J	SE	06
83	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS CONCERTO DE PNEUS DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	SE	150
84	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS DIANTEIROS DE MAQUINAS E TRATORES AGRÍCOLAS.	SE	30
85	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS TRASEIROS DE MAQUINAS E TRATORES AGRÍCOLAS.	SE	30
86	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS VEÍCULOS SEMIPESADOS.	SE	30
87	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS VEÍCULOS LEVES.	SE	100
88	PNEU NOVO 215/65/R16 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
89	PNEU NOVO 265/60/R18 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16
90	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 1400-24 16 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	04
91	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	04
92	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	18
93	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	08
94	COTA RESERVADA: REFORMA DE PNEUS 17.5-25 L4.	SE	08

4.2. Estimou-se à contratação de empresa especializada para a aquisição/fornecimento dos itens acima listados, pela necessidade da manutenção e continuidade dos serviços prestados pela frota de veículos e maquinários pertencente ao Município de Capitão Andrade/MG.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Para a elaboração deste ETP, visando ao levantamento de mercado com o escopo de definir o tipo e solução a contratar, observou-se que no mercado ofertante da solução da contratação, predominam dois principais tipos de soluções, conforme seguem detalhamentos:

Solução 01 – A contratação através de SRP de modo geral, na aquisição dos Produtos/serviços de maneira isolada, há o ganho econômico na compra em escala, em que os licitantes ofertam melhores preços ao diminuírem suas margens de lucro, visto que ganharão no quantitativo maior vendido. Ademais, a escolha pelo Sistema de Registro de Preços poderá viabilizar a participação de outros órgãos interessados em aderir na origem, através da Intenção de Registro de Preços, podendo elevar ainda mais o quantitativo da licitação. Com a utilização do Sistema de Registro de Preço, a Administração tende a economizar nas suas aquisições, não precisando providenciar grandes áreas para materiais, tendo em vista que o licitante vencedor, ao assinar a Ata de Registro de Preços, compromete se a fornecer os produtos/serviços pelo preço acordado e quando for solicitado.

Solução 02 – Adesão a Ata de Registro de Preços, por intermédio do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e do Decreto Municipal nº 519 de 02 de maio de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, estabelece-se a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades. Já o atendimento dos pedidos dos órgãos meramente usuários fica na dependência de: prévia consulta e anuência do órgão gerenciador; indicação pelo órgão gerenciador do fornecedor ou prestador de serviço; aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, condicionada está à não gerar prejuízo aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços; embora a norma seja silente a respeito, deverão ser mantidas as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

mesmas condições do registro, ressalvadas apenas as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador, que se fizerem necessárias. Agora, com o Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023 e do Decreto Municipal nº 3.548/2024, cada aderente somente pode contratar 50% do registrado na ata e a soma de todas as adesões não pode ultrapassar o dobro do registrado na ata. Assim, o quantitativo necessário a suprir as necessidades destas secretarias teria que ser preenchido com várias adesões a diversas atas o que não seria vantajoso a esta autarquia.

5.2. A análise e escolha entre as soluções existentes tendo em vista todos os argumentos elencados nos itens acima, no momento entende-se como formato mais adequado o apresentado pela Solução primeira. Ressalta-se que as soluções foram apreciadas, ponderando-se os encargos de cada uma delas, assim como os preceitos legais implícitos. A solução escolhida atende as determinações legais mostrando-se a opção mais viável e econômica à Instituição.

5.2.1. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pelo Município, bem como pela necessidade de contratações frequentes e conveniência de entregas parceladas, solicitadas de acordo com a demanda diária, respeitadas ainda, o dever exposto no Art. 40, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Prefeitura de Capitão Andrade, registrou o valor global médio de **R\$ 2.128.851,05 (dois milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinco centavos)**, conforme pesquisas realizadas no Sistema Licitar em atendimento aos incisos III e IV do Art. 23 da lei 14.133/21.

6.1.1. “Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento. ”

7. DESCRIÇÃO PARA A SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

7.1. A solução encontrada é a contratação de empresa especializada no fornecimento dos produtos/serviços supracitados utilizados para atender a demanda das Secretarias por meio de procedimento licitatório conforme item 3.1 deste documento, mantendo dessa forma a continuidade e qualidade dos serviços prestados pelas Secretarias do Município de Capitão Andrade-MG.

7.2. A contratação será na modalidade de Pregão Eletrônico, visando à contratação através do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 519 de 02 de maio de 2023. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada dentro dos limites previstos no Artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1. O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, e não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes. Neste contexto, entende-se que a presente licitação deverá ser organizada por itens individuais de modo que seja ampliado a fase de disputa entre os licitantes.

8.2. O objetivo deste estudo consiste em viabilizar a aquisição/compra de pneus novos, bem como a prestação dos serviços de reforma em carcaças de pneus que atenda todos os requisitos necessários para que esse serviço possa ser realizado com o máximo de segurança, tendo em vista que serão realizados em pneus da linha pesada como caminhões por exemplo. Contudo a aquisição será de forma parcelada, vez que o fracionamento não acarretaria um aumento global no custo do objeto, A divisibilidade é pressuposto técnico do parcelamento, sendo o aspecto econômico representado pelas vantagens obtidas com a divisão do objeto em itens, cuja economicidade é proporcionada pela redução de custos e despesas para a Administração contratante. Há risco de desinteresse por eventuais licitantes em fornecer os itens de menor valor, ocorrência comum em licitações anteriores cujos objetos eram para aquisições similares.

8.3. A divisão do objeto por itens ou lotes, com a possível ampliação da quantidade de Atas, revela-se administrativa e economicamente interessante, vez que propicia a ampliação da concorrência ampla entre os fornecedores, contribuindo para preços mais baixos.

9. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

9.1. Os produtos/serviços objeto dessa contratação pode ter impactos ambientais significantes, que podem ser na sua maioria acentuados, com a rigorosa observância das medidas e normas estabelecidas pelos Órgãos fiscalizadores e em estreito cumprimento as leis vigentes no País, no que se refere a fabricação e descarte das carcaças inutilizadas pelo tempo de uso ou mesmo dano estrutural como cortes, perfurações etc. Com isso, espera-se que sejam mitigados os impactos ambientais, devendo ser observado o seguinte.

9.1.1. A substituição dos pneumáticos inservíveis por outros Novo, os últimos deverão ser corretamente destinados para: reciclagem, doação ou desfazimento adequado, os serviços realizados nas Reformas pelas empresas contratadas, igualmente deverá fornecer de maneira sustentável se adequando com as normas ambientais vigentes.

10. ANÁLISE DE RISCOS

Risco	Probabilidade	Impacto	Ações Preventivas	Ações de Contingência
Atraso na entrega/fornecimento dos itens.	Alta	Alto	Estabelecer prazos claros na Ata de Registro de Preços e	Ter fornecedores alternativos e um plano de comunicação para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

			monitorar o progresso do fornecedor.	informar sobre possíveis atrasos
Itens entregues/fornecidos com defeito ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos.	Media	Alto	Realizar inspeções de qualidade antes da aceitação dos produtos/serviços.	Garantir que a Ata de Registro de Preços inclua cláusulas de substituição e reparo.
Falta de recursos financeiros.	Baixa	Alto	Garantir que o orçamento esteja aprovado e disponível antes da contratação.	Reavaliar prioridades e buscar fontes alternativas de financiamento.

11. RESULTADO PRETENDIDO

11.1. Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução da Ata de Registro de Preços. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais e sem comprometimento da execução orçamentária.

11.2. A contratação de empresa especializada para aquisição/fornecimento dos pneumáticos bem como os serviços de Reforma acima citados, traz uma série de benefícios diretos e indiretos para os órgãos responsáveis, tendo em vista a necessidade continua do atendimento as demandas como transporte de pacientes, alunos, servidores bem como transportes de cargas realizados pelos veículos da linha pesada. Não obstante a necessidade da substituição ou reparação nos pneus desgastados ou com avarias do maquinário pesado como tratores agrícolas, retroescavadeiras etc. Contudo, uma manutenção preventiva, adequada e eficiente é uma forma racional de aplicar os recursos destinado para a conservação da frota municipal ficando clara a necessidade da Administração Pública de Capitão Andrade de atuar com agilidade e eficiência na prestação dos serviços realizados aos munícipes, uma vez que é seu dever e responsabilidade otimizar os recursos públicos com agilidade, sendo que a virtude e compromisso principal difundido e assumido pela Administração é diretamente alinhada com o bem estar da população de Capitão Andrade.

11.3. Por fim, e por todo o já exposto, pode-se asseverar com segurança que os serviços essenciais são para a coletividade e para o ordenamento Jurídico indispensáveis à manutenção da vida e dos direitos, conceitos este que reforça a tese de impossibilidade de sua interrupção.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

12.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

12.2. Fica indicado o servidor para atuar como gestor e fiscal da Ata/contrato o Sr. Willian Pereira Conceição. Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas no âmbito da Administração, quais sejam:

- Elaboração de minuta do edital;
- Realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- Elaboração da minuta da Ata de Registro de Preços;
- Elaboração de minuta do contrato;
- Encaminhamento do processo para análise jurídica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

- g) Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- h) Publicação e divulgação do edital e anexos;
- i) Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- j) Realização do certame, com suas respectivas etapas;
- k) Realização de empenho;
- l) Assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1. Esta contratação não possui correlação ou interdependência com outras contratações no âmbito da Prefeitura de Capitão Andrade/MG.

14. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

14.1. Estas Secretarias declaram viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, esta equipe de planejamento se baseia nos incisos XIII e XLI do art. 6º, da Lei Federal 14.133/2021.

Capitão Andrade/MG, 15 de janeiro de 2026.

BIANCA MORALES HENRIQUES
Secretária Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento

JONAS LUCAS DO AMARAL
Chefe de Gabinete

NICODEMOS FERNANDES
Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos

DEUZEMI DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Municipal de Agricultura, Abast. e Meio
Ambiente

LEILIANE DOS REIS ROSA MIRANDA
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social

FÁBIO ANSELMO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação

BRUNO BRAÚLIO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal do Esporte, Lazer,
Cultura e Turismo

DÉBORA DE SOUZA FIALHO
Secretária Municipal de Saúde



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei Federal n. 14.133/2021).

1.1. Processo licitatório visando o *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUMÁTICOS NOVOS E SERVIÇOS DE REFORMAS DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DE CAPITÃO ANDRADE/MG.* conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e listadas em anexo:

Itens	Descrição	Unid.	Quant.	Média Unit.	Média Total
1	ALINHAMENTO DE VEÍCULOS MÉDIOS	SE	45	R\$ 108,00	R\$ 4.860,00
2	ALINHAMENTO VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS) SERVIÇOS;	SE	45	R\$ 187,12	R\$ 8.420,40
3	ALINHAMENTO VEÍCULOS LEVES;	SE	100	R\$ 77,00	R\$ 7.700,00
4	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS)	SE	45	R\$ 101,78	R\$ 4.580,10
5	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS LEVES;	SE	400	R\$ 25,00	R\$ 10.000,00
6	BALANCEAMENTO DE VEÍCULOS MÉDIOS	SE	80	R\$ 34,46	R\$ 2.756,80
7	CÂMARA DE AR 1000-20 RS V3-06RS, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 263,50	R\$ 3.162,00
8	CÂMARA DE AR 12.4X24 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 384,80	R\$ 4.617,60
9	CÂMARA DE AR 12.5/80-18 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	4	R\$ 277,40	R\$ 1.109,60
10	CÂMARA DE AR 120/80-18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2	R\$ 60,46	R\$ 120,92
11	CÂMARA DE AR 14-17.5 RS TR15, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	6	R\$ 309,75	R\$ 1.858,50
12	CÂMARA DE AR 17 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24	R\$ 59,60	R\$ 1.430,40
13	CÂMARA DE AR 17.5-25 RS TR220A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 720,60	R\$ 11.529,60
14	CÂMARA DE AR 18 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN).	UN	4	R\$ 79,60	R\$ 318,40
15	CÂMARA DE AR 18.4X30 RS TR218A, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 765,00	R\$ 9.180,00
16	CÂMARA DE AR 19 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS)	UN	24	R\$ 73,00	R\$ 1.752,00
17	CÂMARA DE AR 19.5-24 RS TR218, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	8	R\$ 701,40	R\$ 5.611,20
18	CÂMARA DE AR 21 PARA MOTO, NOVA DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2	R\$ 74,80	R\$ 149,60
19	CÂMARA DE AR KM 24 RS TR220, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 549,20	R\$ 6.590,40
20	CAMBAGEM DE VEÍCULOS LEVES	SE	60	R\$ 117,25	R\$ 7.035,00
21	CAMBAGEM VEÍCULOS GRANDES (CAMINHÃO E ÔNIBUS)	SE	15	R\$ 417,32	R\$ 6.259,80
22	CAMBAGEM VEÍCULOS MÉDIOS ;	SE	12	R\$ 170,79	R\$ 2.049,48
23	DUPLAGEM DE PNEU 12.4X24 10 LONAS COM CAMARA.	SE	8	R\$ 1.243,87	R\$ 9.950,96
24	DUPLAGEM DE PNEU 12.5/80-18.	SE	8	R\$	R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

				1.308,66	10.469,28
25	DUPLAGEM DE PNEU 1400-24	SE	6	R\$ 1.796,91	R\$ 10.781,46
26	DUPLAGEM DE PNEU 14-17.5 12 LONAS SEM CÂMARA.	SE	8	R\$ 1.631,73	R\$ 13.053,84
27	DUPLAGEM DE PNEU 17.5-25 16 LONAS SEM CÂMARA.	SE	8	R\$ 2.394,00	R\$ 19.152,00
28	DUPLAGEM DE PNEU 18.4X30 12 LONAS COM CÂMARA	SE	8	R\$ 2.787,92	R\$ 22.303,36
29	DUPLAGEM DE PNEU 19.5-24.	SE	8	R\$ 2.479,53	R\$ 19.836,24
30	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 2,75-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	UN	3	R\$ 264,66	R\$ 793,98
31	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-19 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24	R\$ 340,20	R\$ 8.164,80
32	PNEU DIANTEIRO COM DIMENSÕES 90/90-21 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2	R\$ 361,20	R\$ 722,40
33	PNEU NOVO 1000R20 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 2.910,80	R\$ 34.929,60
34	PNEU NOVO 1000R20 LISO 149/146J, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	06	R\$ 2.773,80	R\$ 16.642,80
35	PNEU NOVO 12.4X24 10 LONAS COM CÂMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 3.285,46	R\$ 39.425,52
36	PNEU NOVO 12.5/80-18 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	4	R\$ 3.871,60	R\$ 15.486,40
37	PNEU NOVO 1400-24 16 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	14	R\$ 5.373,60	R\$ 75.230,40
38	PNEU NOVO 14-17.5 12 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	4	R\$ 4.215,80	R\$ 16.863,20
39	PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	12	R\$ 6.811,20	R\$ 81.734,40
40	PNEU NOVO 175/65R14 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24	R\$ 470,80	R\$ 11.299,20
41	PNEU NOVO 175/70 R13 82T, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	48	R\$ 434,80	R\$ 20.870,40
42	PNEU NOVO 175/70 R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	44	R\$ 518,80	R\$ 22.827,20
43	PNEU NOVO 18.4X30 12 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 6.296,60	R\$ 75.559,20
44	PNEU NOVO 185/65R15 92H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	136	R\$ 497,90	R\$ 67.714,40
45	PNEU NOVO 185/70R14 88H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	40	R\$ 570,60	R\$ 22.824,00
46	PNEU NOVO 19.5-24 16 LONAS COM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 6.326,60	R\$ 75.919,20
47	PNEU NOVO 195/75 R16C TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO	UN	18	R\$ 839,96	R\$ 15.119,28



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

	DO INMETRO.				
48	PNEU NOVO 205/55R16 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	60	R\$ 680,00	R\$ 40.800,00
49	PNEU NOVO 205/60 R15 94 W, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 613,38	R\$ 7.360,56
50	PNEU NOVO 205/75R16C 110/108R, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 1.026,80	R\$ 12.321,60
51	PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	54	R\$ 1.501,39	R\$ 81.075,28
52	PNEU NOVO 225/70R16 107H, TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24	R\$ 845,58	R\$ 20.293,92
53	PNEU NOVO 225/70R16C 112/110R TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	12	R\$ 1.126,58	R\$ 13.518,96
54	PNEU NOVO 225/75R16C 118/116R TREADWEAR 400 ACIMA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	28	R\$ 1.366,70	R\$ 38.267,60
55	PNEU NOVO 235/75R17.5 BORRACHUDO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	36	R\$ 2.041,18	R\$ 73.482,48
56	PNEU NOVO 235/75R17.5 LISO 132/130k, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24	R\$ 1.632,60	R\$ 39.182,40
57	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	24	R\$ 3.361,52	R\$ 80.676,48
58	PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL LISO 146/143L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 2.950,80	R\$ 47.212,80
59	PNEU NOVO 275/80R22.5 BORRACHUDO 149/146M,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 3.469,52	R\$ 55.512,32
60	PNEU NOVO 275/80R22.5 LISO 149/146M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	08	R\$ 2.934,60	R\$ 23.476,80
61	PNEU NOVO 295/80R22.5 BORRACHUDO 152/148,M+S, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 3.476,40	R\$ 55.622,40
62	PNEU NOVO 295/80R22.5 LISO 152/148M, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	10	R\$ 3.231,80	R\$ 32.318,00
63	PNEU NOVO 900R20 RADIAL BORRACHUDO 140/137L , DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 2.666,84	R\$ 42.669,44
64	PNEU NOVO 900R20 RADIAL LISO 140/137L, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	8	R\$ 2.303,00	R\$ 18.424,00
65	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 110/90-17 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA BROS).	UN	24	R\$ 368,60	R\$ 8.846,40
66	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 120/80-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE COM SELO DO INMETRO (HONDA XRE 300).	UN	2	R\$ 383,10	R\$ 766,20
67	PNEU TRASEIRO COM DIMENSÕES 90/90-18 PARA MOTO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO (HONDA TITAN 150).	UN	3	R\$ 310,00	R\$ 930,00
68	PROTETOR ARO 20	UN	36	R\$ 121,40	R\$ 4.370,40
69	PROTETOR ARO 24	UN	20	R\$ 257,40	R\$ 5.148,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

70	PROTETOR ARO 25	UN	16	R\$ 419,00	R\$ 6.704,00
71	REFORMA DE PNEUS 12.4X24.	SE	12	R\$ 1.799,82	R\$ 21.597,84
72	REFORMA DE PNEUS 12.5/80-18.	SE	06	R\$ 1.556,00	R\$ 9.336,00
73	REFORMA DE PNEUS 1400-24.	SE	18	R\$ 2.374,00	R\$ 42.732,00
74	REFORMA DE PNEUS 17.5-25 L4.	SE	24	R\$ 3.096,00	R\$ 74.304,00
75	REFORMA DE PNEUS 18.4X30.	SE	12	R\$ 3.418,00	R\$ 41.016,00
76	REFORMA DE PNEUS 19.5-24 L2.	SE	12	R\$ 3.283,69	R\$ 39.404,28
77	REFORMA DE PNEUS 205/75R16.C.	SE	08	R\$ 495,83	R\$ 3.966,64
78	REFORMA DE PNEUS 215/75R17.5.	SE	72	R\$ 581,67	R\$ 41.880,24
79	REFORMA DE PNEUS 275/80R22.5	SE	24	R\$ 861,67	R\$ 20.680,08
80	REFORMA DE PNEUS 295/80R22.5	SE	20	R\$ 913,00	R\$ 18.260,00
81	REFORMA PNEU 1000R20 BORRACHUDO 149/146M,M+S	SE	12	R\$ 880,83	R\$ 10.569,96
82	REFORMA PNEU 1000R20 LISO 149/146J	SE	06	R\$ 873,33	R\$ 5.239,98
83	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS CONCERTO DE PNEUS DE CAMINHÃO E ÔNIBUS.	SE	150	R\$ 333,33	R\$ 49.999,50
84	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS DIANTEIROS DE MAQUINAS E TRATORES AGRÍCOLAS.	SE	30	R\$ 682,12	R\$ 20.463,60
85	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS TRASEIROS DE MAQUINAS E TRATORES AGRÍCOLAS.	SE	30	R\$ 865,40	R\$ 25.962,00
86	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS VEÍCULOS SEMIPESADOS.	SE	30	R\$ 406,00	R\$ 12.180,00
87	VULCANIZAÇÃO/CONCERTO DE PNEUS VEÍCULOS LEVES.	SE	100	R\$ 168,17	R\$ 16.817,00
88	PNEU NOVO 215/65/R16 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 776,07	R\$ 12.417,12
89	PNEU NOVO 265/60/R18 LISO, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	16	R\$ 1.053,47	R\$ 16.855,52
90	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 1400-24 16 LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	4	R\$ 5.373,60	R\$ 21.494,40
91	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 17.5-25 16.LONAS SEM CAMARA, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO	UN	4	R\$ 6.811,20	R\$ 27.244,80
92	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 215/75R17.5 MISTO 126/124K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	18	R\$ 1.501,39	R\$ 27.025,09
93	COTA RESERVADA: PNEU NOVO 275/80 R22.5 RADIAL BORRACHUDO 146/143K, DE PRIMEIRA LINHA DO FABRICANTE, COM SELO DO INMETRO.	UN	8	R\$ 3.361,52	R\$ 26.892,16
94	COTA RESERVADA: REFORMA DE PNEUS 17.5-25 L4.	SE	8	R\$ 3.096,00	R\$ 24.768,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.128.851,05	

1.2. O prazo de validade da Ata registro de Preços será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura. Podendo ser prorrogada por igual período, dentro dos limites previstos no Artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

1.3. Da justificativa para aproveitamento da pesquisa de preços:

1.3.1. "Considerando a anulação do Processo Licitatório nº 79/2025 P.E. nº 26/2025, opta-se pelo aproveitamento de algumas pesquisas de preços outrora realizadas, com fulcro nos Princípios da Eficiência, Economicidade e Celeridade Processual. Tal medida encontra amparo na Teoria do Aproveitamento dos Atos Administrativos (Art. 55 da Lei nº 9.784/99), uma vez que o vício que ensejou a anulação do certame anterior não atingiu a fase preparatória de coleta de orçamentos. Ratifica-se que os valores obtidos permanecem atuais, refletem a realidade de mercado e guardam estrita identidade com o objeto deste Termo, inexistindo prejuízo ao erário ou à competitividade."

1.4. O custo estimando total da presente contratação e de **R\$ 2.128.851,05 (dois milhões cento e vinte e oito mil oitocentos e cinquenta e um reais e cinco centavos)**. Foi alcançado da seguinte forma:

1) Pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por meio do sistema LICITAR DIGITAL como consta em anexo que atende ao inciso I do art. 23 da Lei Federal 14.133/21.

a) A duplicagem de pneus é um serviço essencial para a manutenção e segurança de veículos, especialmente aqueles de grande porte. Esse serviço consiste na montagem de pneus duplos no mesmo eixo, o que garante maior estabilidade e capacidade de carga. O custo do serviço supracitado pode variar de acordo com a região, o tipo de pneu e o prestador de serviço. Em Minas Gerais, a dificuldade em aferir os valores de referência para este serviço no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) se deve, principalmente, à falta de dados consistentes e atualizados. Para suprir essa lacuna, é importante buscar informações em outros estados, o que permite a criação de uma tabela de preços comparativos. Dessa forma a referida pesquisa foi realizada usando como base os valores expostos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) de Municípios em outros estados da União sendo eles Município de Ituporanga/SC, Mirante do Paranapanema/SP, Município de Augusto Correa/PA, Município de Poços Redondo/SE, etc. Vale apenas ressaltar ainda que para esses itens foi realizada cotações diretamente com empresas com potencial de fornecimento para Gestão Pública, conforme anexo constante nos autos.

2) No que se refere ao inciso II da Lei Federal 14.133/21 contratações similares feitas pela Administração Pública, a Administração entende como fundamental a realização de uma nova pesquisa de mercado realizada conforme Lei Federal 14.133/21.

3) Quanto ao inciso III, o objeto em análise no certame, realizou-se pesquisa de preços praticados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) por meio do sistema LICITAR DIGITAL, como demonstrado em anexo.

4) Foi buscado pela Administração em atendimento ao inciso IV do art. 23 da Lei Federal 14.133/21, a realização de pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, devidamente comprovada nos autos, sendo os fornecedores escolhidos por serem capazes de cumprir os requisitos de fornecimento dos itens presente neste Termo de Referência bem como a demanda da Administração, e também por terem suas empresas e domicílio dentro de uma quilometragem considerado favoráveis para serem possíveis empresas contratadas pelo Poder Público e potenciais fornecedoras do objeto em apreço, exposto todo contexto entendemos justificado a escolha dos fornecedores para realização da pesquisa de preços para aferição das médias dos valores praticado atualmente no mercado devidamente comprovado nos autos.

1.5. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, podendo ser realizado de forma parcial, conforme condicionada à aquisição do objeto.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PCA

2.1. O presente Termo de Referência tem como parâmetro às contratações do exercício anterior e está alinhada com o Plano Plurianual – PPA, Lei de diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

3. JUSTIFICATIVA.

3.1. Da necessidade e finalidade pública. Justifica-se a presente contratação pela necessidade contínua e essencial de manter a frota municipal em plenas condições de operação e segurança. A gestão eficiente dos veículos que servem a população em diversas áreas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais depende diretamente da disponibilidade de pneus adequados e em bom estado. A ausência de um fornecimento regular de pneumáticos novos, bem como dos serviços de reforma, alinhamento, balanceamento e cambagem, comprometeria a mobilidade da frota, gerando paralisações, atrasos e, em última instância, prejuízos à prestação de serviços essenciais à comunidade de Capitão Andrade.

3.2. Da Estratégia de Manutenção e Sustentabilidade. A aquisição de pneumáticos novos garante a substituição de itens desgastados ou danificados, prevenindo acidentes e assegurando o desempenho ideal dos veículos. Paralelamente, os serviços de reforma de pneus representam uma estratégia de economia e sustentabilidade, prolongando a vida útil de carcaças que ainda podem ser aproveitadas. Essa prática reduz significativamente os custos com a compra de pneus novos e minimiza o descarte de materiais, alinhando-se a princípios de responsabilidade ambiental.

3.3. Da Importância dos Serviços de Alinhamento e Balanceamento. Os serviços de alinhamento e balanceamento regulares são cruciais para a segurança e eficiência da frota. Veículos desalinhados ou desbalanceados apresentam direção instável, dificultando o controle e aumentando o risco de acidentes, especialmente em emergências ou condições climáticas adversas. Ademais, essa manutenção, atrelada à calibragem periódica, traduz-se no aumento da vida útil dos pneus em até 30%. A não realização destes procedimentos acarreta desgaste irregular e sobrecarga em componentes da suspensão e direção, levando a falhas prematuras e reparos mais caros.

3.4. Do Contexto Administrativo e Urgência. A necessidade de realizar este novo processo licitatório justifica-se especificamente pela anulação do Processo Licitatório nº 79/2025 (Pregão Eletrônico nº 26/2025). Tal anulação impede a concretização da contratação de itens que são indispensáveis e de consumo contínuo. Portanto, o novo certame é medida urgente para atender ao interesse público e prover os meios materiais necessários para a manutenção adequada da frota, evitando a paralisação ou o uso inseguro dos veículos municipais.

3.5. Da Vantagem do Sistema de Registro de Preços. O Sistema de Registro de Preços apresenta-se como a solução mais vantajosa e eficiente para a administração pública. Esta modalidade, prevista na legislação vigente, otimiza o processo de compra e garante maior agilidade, economia e segurança jurídica. Entre os pontos de destaque, citam-se a economia de escala, melhor poder de negociação, otimização de recursos humanos e materiais, além de maior transparência e controle sobre o consumo efetivo da municipalidade.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei Federal nº 14.133/2021).

4.1. A referida contratação será por meio de Processo Licitatório na modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica com Critério julgamento de Menor Preço por item, conforme preceitua a Lei Federal 14.133/21.

4.2. A Fundamentação da Contratação, descrição da necessidade e caracterização de serviço comum, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que se encontra disponível na íntegra deste processo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

5.1. A solução encontrada é a contratação de empresa especializada no fornecimento dos produtos/serviços supracitados utilizados para atender a demanda das Secretarias por meio de procedimento licitatório conforme item 1.1 deste Termo de Referência, mantendo dessa forma a continuidade e qualidade no fornecimento dos pneumáticos e reformas de pneumáticos necessários para manutenção da frota municipal de veículos. Será a realização de processo de aquisição e reforma de pneumáticos para a frota de veículos do município de Capitão Andrade, sob a égide da Lei Federal nº 14.133/2021, será conduzido por meio de Registro de Preços. Esta modalidade permite a contratação futura dos bens e serviços conforme a necessidade, otimizando recursos e garantindo a manutenção contínua da frota

5.2. Ciclo de Vida dos pneumáticos e serviços de Reforma abrange o ciclo de vida completo dos pneumáticos, desde a aquisição até o descarte ou reforma, garantindo a eficiência e a segurança da frota municipal, inicialmente, a aquisição de pneumáticos novos ocorrerá mediante demanda, utilizando os preços registrados em Ata. Serão considerados critérios técnicos rigorosos para a seleção dos pneus, incluindo durabilidade, desempenho em diferentes condições de solo e custo-benefício, visando à otimização do investimento público.

5.2.1. Os pneus devem ser novos, de primeira utilização, fabricados conforme as normas vigentes da ABNT e possuir certificação do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), bem como demais certificações exigidas pela legislação brasileira. O Treadwear, classificação numérica que indica a expectativa de vida útil da banda de rodagem deverá ser igual ou superior que 400(quatrocentos) nos que se aplicam. O fornecedor deve oferecer um período mínimo de garantia de no mínimo 5 anos contra defeitos de fabricação, contados a partir da data de entrega.

5.3. Paralelamente, para prolongar a vida útil dos pneus e reduzir custos, será implementado um serviço de reforma de pneumáticos. Este serviço incluirá a recapagem, recauchutagem ou remoldagem, conforme a viabilidade técnica e a segurança do pneu. A reforma será realizada por empresas especializadas, garantindo a conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes. A decisão de reformar ou adquirir um novo pneu será baseada em uma análise técnica individualizada, considerando o estado do pneu, o custo da reforma em comparação com a aquisição de um novo e o potencial de quilometragem adicional.

5.4. A gestão do ciclo de vida dos pneumáticos também envolverá o monitoramento constante de sua condição, incluindo pressão, desgaste e possíveis danos. Um sistema de controle de estoque e uso permitirá o rastreamento individual de cada pneu, registrando sua quilometragem, histórico de manutenções e reformas. Esse acompanhamento detalhado será fundamental para o planejamento das aquisições e reformas, evitando desperdícios e garantindo a disponibilidade de pneus em condições ideais de uso.

5.5. O serviço de reforma de pneumáticos será especificado detalhadamente na ata de registro de preços para garantir a qualidade e a padronização, a especificação incluirá:

5.5.1. O tipo de reforma com detalhamento das modalidades de reforma (recapagem, recauchutagem, remoldagem) aplicável a cada tipo de pneu previsto pela legislação atual, com desenho da banda de rodagem que deverá ser definido pela Administração no ato da ordem de serviço, conforme a necessidade do veículo garantindo que a escolha técnica priorize sempre a segurança viária e a maior vida útil do material reformado.

5.5.2. Os padrões de qualidade e exigência de conformidade com as normas técnicas brasileiras (ABNT) e regulamentações do INMETRO para pneumáticos reformados.

5.5.3. Os materiais utilizados deverão conter especificação dos materiais a serem empregados na reforma, como bandas de rodagem, compostos de borracha e lonas, garantindo sua qualidade e durabilidade.

5.5.4. Os processos de execução descreverão os procedimentos a serem seguidos pelas empresas reformadoras, incluindo inspeção inicial, preparação da carcaça, aplicação dos novos materiais e vulcanização.

5.5.5. A garantia dos serviços de reforma dos pneus deve ser oferecida com prazo mínima de no mínimo 12 (doze) meses para o serviço de reforma, cobrindo defeitos no processo e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

nos materiais utilizados, contados a partir da data de devolução do pneu reformado.

5.5.6. O serviço de reforma deverá contemplar o transporte dos pneus a serem reformados e dos pneus reformados, entre o município e as instalações da empresa contratada, garantindo a logística eficiente.

5.6. A aquisição será de acordo com os quantitativos e especificações constantes no item 1.1 deste Termo de Referência supracitado, a referida aquisição por meio de Registro de Preços viabilizará a correta manutenção dos produtos/serviços necessária, após levantamento técnico. Assim trazendo economia a longo prazo, pois a demanda das Secretarias sendo corretamente sanadas geram menos dispêndios. Portanto a presente aquisição é oportuna e viável.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei Federal nº 14.133/21).

6.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar, os produtos/serviços da contratação incluem:

6.1.1. A empresa contratada deve ser especializada no fornecimento dos produtos/serviços objeto da contratação.

6.1.2. Para a adequado fornecimento dos produtos, a contratada deverá demonstrar capacidade de fornecimento contínuo e confiável dos produtos/serviços acima citado, além de experiência comprovada no setor contando com infraestrutura adequada no intuito de atender com eficiência todos pedidos solicitados, podendo a critério da Administração ser realizada diligência nas instalações da empresa vencedora afim de que seja aferido que a mesma possui infraestrutura adequada, a entregas dos pneus novos serão realizados em loco previamente informada pelo Setor solicitante.

6.1.3. A organização e execução do fornecimento dos produtos/serviços devem seguir as normas técnicas aplicáveis, disposições legais pertinentes e as diretrizes do Município de Capitão Andrade/MG.

6.1.4. A Contratada deve monitorar e atender pro-ativamente as demandas, através de solicitações formais da Contratante.

6.1.5. A contratada deverá atender todos requisitos previsto no Instrumento de Convocação que será disponibilizado pela Administração em conformidade com Lei Federal 14.133/21.

6.1.6. A contratada deverá proceder à destinação final ambientalmente adequada dos pneus inservíveis substituídos, em conformidade com a Resolução CONAMA nº 416/2009, garantindo a coleta e o descarte que evitem danos ao meio ambiente, sem custos adicionais ao Município."

6.2. O fornecimento dos produtos/serviços deverão ser contínuo, garantindo a disponibilidade constante dos pedidos realizados pela Administração Os pneumáticos a serem adquiridos deverão ser novos, de primeira linha, e estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e com as regulamentações do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia). É fundamental que os pneus ofereçam durabilidade, resistência e aderência adequadas às condições de uso dos veículos da frota municipal, considerando os diversos tipos de terreno e aplicações dos veículos leves, semipesados, pesados bem como a linha amarela e tratores agrícolas.

6.2.1. Para os serviços de reforma bem como o de dupagem dos pneumáticos, será exigido que o processo seja realizado por empresas que demonstrem capacidade técnica e experiência comprovada, utilizando materiais de alta qualidade e técnicas que garantam a segurança e a longevidade dos pneus reformados. As reformas deverão seguir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, assegurando que os pneus recuperem suas características de desempenho e segurança. A garantia sobre os serviços de reforma e sobre os materiais utilizados deverá ser expressamente prevista na Ata/Contrato.

6.3. Não será permitida a subcontratação do fornecimento dos produtos/serviços como objeto principal da Ata de Registro de Preços.

6.4. As empresas interessadas em participar da contratação deverão comprovar sólida capacidade técnica e operacional para o fornecimento dos pneumáticos, bem como para



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

prestação dos serviços de reforma. Isso inclui a demonstração de experiência prévia em contratações de porte similar com a administração pública ou privada, além da disponibilidade de equipamentos, instalações e mão de obra qualificada necessários para a execução dos serviços e o cumprimento dos prazos. Além disso, é indispensável que todas as licitantes estejam em plena regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, apresentando toda a documentação exigida pelo Instrumento Convocatório previsto na legislação vigente. A idoneidade da empresa e a ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público serão rigorosamente verificadas.

6.5. As condições de fornecimento dos pneumáticos deverão prever prazos de entrega adequados, compatíveis com as necessidades de manutenção da frota municipal, que será exposto posteriormente neste documento, evitando assim a paralisação de veículos por falta de pneus. Da mesma forma, os serviços de reforma deverão ser executados com agilidade e eficiência, minimizando o tempo de indisponibilidade dos veículos. A disponibilidade de estoque de pneumáticos e a estrutura para atendimento das demandas de reforma serão consideradas fatores importantes. O contrato deverá prever a possibilidade de entregas parceladas e a prestação dos serviços conforme demanda, de acordo com as necessidades específicas do município de Capitão Andrade, otimizando o fluxo de caixa e a gestão do estoque.

6.6. Os serviços referentes ao alinhamento e balanceamento dos veículos deverão ser realizados com equipamentos com tecnologias avançadas que proporcionam maior precisão e eficiência nesses serviços como por exemplo:

6.6.1. O alinhamento 3D utiliza câmeras de alta definição e softwares avançados para medir e ajustar os ângulos das rodas com extrema exatidão, seguindo as especificações de fábrica de cada veículo. Isso garante um alinhamento "como de fábrica" e uma maior durabilidade do serviço.

6.6.2. O alinhamento a laser embora o 3D seja mais avançado, o alinhamento a laser também oferece boa precisão, utilizando feixes de laser para medir o alinhamento das rodas.

6.6.3. As balanceadoras computadorizadas são equipamentos modernos que identificam com precisão os pontos de desequilíbrio das rodas, permitindo a correção exata com a aplicação de contrapesos. Algumas balanceadoras permitem o balanceamento rápido sem a remoção das rodas.

6.6.4. É recomendável pesquisar por empresas especializadas em frotas na sua região, verificar a certificação de qualidade (como ISO 9001, quando aplicável) e a tecnologia dos equipamentos utilizados.

6.7. A seleção das propostas levará em consideração o Menor Preço por Item, buscando preços justos e competitivos para os pneumáticos e serviços de reforma, sem comprometer a qualidade. As condições de pagamento deverão ser compatíveis com as práticas do mercado e as disponibilidades orçamentárias do município.

6.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

6.9. Os Requisitos necessários para realização da referida contratação não se restringem unicamente ao contexto exposto neste conjunto de itens de nº 6, dessa forma as empresas deverão observar todas exigências em destaque neste Termo de Referência, bem como Estudo Técnico Preliminar, Edital, etc. Observando assim a legitimidade dos atos praticados tanto ao contratado quanto pelo Contratante.

7. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021).

7.1. O prazo da entrega dos produtos/materiais novos deverá ser de até 05(cinco) dias corridos. Fica estabelecido também o prazo 10 (dez) dias úteis para coleta e entrega dos pneus a serem reformados ou vulcanizados, bem como para prestação dos demais serviços listados



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

na tabela exposta no item 1.1 deste Termo de Referência, após Solicitação emitida pelo Setor de Compras ou Secretaria Responsável. O fornecimento dos produtos/serviços, será realizado de forma contínua e sistemática, com ênfase na garantia de abastecimento regular para toda demanda emanada pela Administração de Capitão Andrade/MG.

7.2. Serão implementados procedimentos rigorosos de monitoramento e controle de qualidade para assegurar que os produtos/serviços fornecidos atendam às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos. Isso inclui a verificação periódica da qualidade dos produtos/serviços no ponto de entrega por Servidor apto para tal.

7.3. O modelo de execução contemplará uma estratégia logística e eficiente, assegurando que os produtos/serviços sejam entregues de maneira oportuna e eficaz, minimizando riscos de atrasos ou interrupções no abastecimento. Será considerada a localização do endereço das solicitações dentro ou fora do perímetro urbano do município.

7.4. Um plano de resposta a emergências será estabelecido para garantir a pronta resposta a demandas inesperadas ou situações de crise que possam afetar o fornecimento de produtos/serviços.

7.5. A contratada será responsável por fornecer relatórios regulares sobre o fornecimento, incluindo volumes entregues, registros de entregas e qualquer incidente relevante para fiscalização da Ata de Registro de Preços. A administração do Município realizará o acompanhamento contínuo para assegurar a conformidade com a Ata de Registro de Preços.

7.6. Serão estabelecidos canais de comunicação eficientes entre a empresa fornecedora e a Administração Municipal para garantir que todas as questões relacionadas ao fornecimento de produtos/serviços sejam prontamente abordadas e resolvidas.

7.7. Os demais aspectos da prestação de serviços objeto deste Termo encontra(m)-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

8. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021)

8.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

9. MODELO DE GESTÃO DA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A Ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 115, §5º), nos casos em que couber.

9.3. A execução da Ata/Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Sr. Willian Pereira Conceição, tendo como gestor da Ata/Contrato o Sr. Nicodemos Fernandes, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.3.1. O fiscal da Ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.3.2. O fiscal da Ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

9.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da Ata de Registro de Preços, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120).

9.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.5.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da Ata de Registro de Preços (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.7. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

9.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da Ata de fornecimento dos produtos/serviços, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente. As alterações e circunstâncias deverão ser formalizadas através de apostila ao contrato.

9.9. As comunicações entre a entidade contratante do Município e a empresa fornecedora dos produtos/serviços devem ser feitas por escrito, garantindo a formalidade necessária. O uso de mensagens eletrônicas é permitido para facilitar a comunicação.

9.10. A entidade contratante poderá solicitar a presença de representantes da empresa fornecedora para discussões ou providências urgentes relacionadas à execução da Ata.

9.11. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade contratante poderá realizar uma reunião inicial com o representante da empresa fornecedora. Nesta reunião, será apresentado um plano detalhado de fiscalização da Ata, abordando as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, estratégias para eficaz execução do fornecimento, o plano complementar de ações da contratada (se aplicável), métodos para aferição dos resultados e sanções aplicáveis, entre outros pontos importantes.

9.12. O gestor da Ata coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da mesma, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.13. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelo fiscal da Ata, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.14. O gestor da Ata acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.15. O gestor da Ata emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.16. O gestor da Ata tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

9.17. O gestor da Ata deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.18. O gestor da Ata deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da Ata de Registro de Preços.

9.19. Caso seja confeccionado Contrato oriundo da referida Ata de Registro de Preços deverá ser adotado os seguintes critérios para realização de reajuste dos preços:

9.19.1. Após interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado, a pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, podendo ser exigido também Notas Fiscais de aquisição dos referidos produtos ou serviços que comprove a necessidade do reajuste, quando for o caso, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.19.2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro de um futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (tinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento do produto.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

10.3.1. A situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas na legislação pertinente.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta à certidão de regularidade fiscal para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

10.7. A situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 03 (três) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão contratante, proibição de contratar com o Poder Público.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela manutenção da Ata, caso a contratada não regularize sua situação.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei Federal nº 14.133/2021).

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica do Tipo Menor Preço por Item, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item. O Pregão é definido pela Lei Federal nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, como a “modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto o rito procedimental comum, adotando-se o pregão.

11.2. NO QUE SE REFERE AOS ITENS, CUJO VALOR FOR INFERIOR A R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS), Justifica-se ainda que o processo licitatório a ser deflagrado deverá observar o disposto no Decreto Municipal nº 598, de 14 de outubro de 2025, que regulamenta exclusividade na participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) nos Itens/lotes com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com prioridade para as ME's e EPP's sediadas local e regionalmente, conforme definição geográfica do artigo 9º, caput e incisos II e III. O motivo da prioridade para ME/EPPs sediadas local ou regionalmente se justificativa na necessidade de implementação dos objetivos propostos no art. 47, da Lei Complementar nº 123/2006, em especial a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, em consonância com o entendimento do TCE/MG (DENÚNCIA n. 1066685. Rel. CONS. SUBST. HAMILTON COELHO. Sessão do dia 05/11/2019, disponibilizada no DOC do dia 04/12/2019) e do TCE/PR no Prejulgado nº 27.

11.3. A aplicação do critério regional, a teor do art. 47 da LC 123/06, se justifica também pela necessidade de melhores condições de pronta entrega, promoção do comércio local e regional, além do que, a necessidade de fomentar os pequenos empresários neste momento de crise e desemprego acentuado que assola todo o Brasil e em Capitão Andrade não é diferente. É válido ressaltar que a exigência exposta nas considerações do Decreto supracitado é atendida em sua integralidade, levando em consideração pesquisa realizada onde se aferiu a existência de empresas potencialmente fornecedoras sediadas local ou regionalmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

11.4. Modo de disputa - Aberto

11.5. Qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

Capitão Andrade/MG, 15 de janeiro de 2026.

BIANCA MORALES HENRIQUES
Secretária Municipal de Administração,
Fazenda e Planejamento

JONAS LUCAS DO AMARAL
Chefe de Gabinete

NICODEMOS FERNANDES
Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos

DEUZEMI DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário Municipal de Agricultura, Abast. e Meio
Ambiente

LEILIANE DOS REIS ROSA MIRANDA
Secretária Municipal de Desenvolvimento
Social

FÁBIO ANSELMO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Educação

BRUNO BRAÚLIO DE OLIVEIRA
Secretário Municipal do Esporte, Lazer,
Cultura e Turismo

DÉBORA DE SOUZA FIALHO
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2026
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA PUBLICAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG**, situada a Rua Messias Nogueira da Silva, nº 500, centro, inscrita no CNPJ sob o Nº 66.229.105/0001-25, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Sr. Jackson de Oliveira Machado**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro De Preços nº 003/2026, Processo Administrativo 005/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de ____/____, CEP nº _____, neste ato representada pelo seu representante/procurador, o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e C.I. nº _____, e-mail institucional: _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 598/2025 e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de pneumáticos novos e serviços de reformas de pneus para manutenção da Frota de Veículos de Capitão Andrade/MG*, conforme especificações constantes do Termo de Referência que passa a ser parte integrante desta Ata, para todos os efeitos.

2 – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/21.

3 – DOS USUÁRIOS E DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O órgão gerenciador desta licitação é o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos;
3.2. O Setor de Licitação da Prefeitura de Capitão Andrade será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação e indicará, sempre que solicitado pelos órgãos usuários, os fornecedores para os quais serão emitidos os pedidos, respeitando-se a ordem de registro e os quantitativos a serem adquiridos.

3.3. A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Prefeitura, sendo a empresa vencedora encarregada de acompanhar a entrega dos produtos prestando esclarecimento solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive sobre as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado municipal.

3.4. A fiscalização será ampla, geral e irrestrita, ficando a cargo do fiscal do contrato, porém o órgão gerenciador da Ata (Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos) e a Controladoria Interna terão amplo acesso a fiscalização.

3.5. As ocorrências e as deficiências verificadas na fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas. Caso as irregularidades permaneçam, o Contratante poderá solicitar a rescisão e indenização aos cofres públicos dos prejuízos causados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

4 – DOS VALORES ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO

4.1. Estima-se que as contratações decorrentes deste Registro de Preços poderão atingir os valores apresentados no quadro abaixo, para um período de 12 (doze) meses:

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unid.	Marca / modelo	Valor Unit.	Valor Total
001						
002						
003						
VALOR TOTAL GLOBAL						

5 – DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

5.1. Independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos legais, farão parte da Ata de Registro de Preços e do futuro Contrato que vier a ser assinado, todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, na Proposta de Preços da Licitante Vencedora e na Nota de Empenho.

5.2. Os licitantes incluídos na ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

5.3. A luz do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021 existências de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

6 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO OU DOCUMENTO EQUIVALENTE

6.1. O disposto neste instrumento será fiscalizado por intermédio do Sr. William Pereira Conceição, que acompanhará a entrega, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas. A gestão do contrato será exercida pelo Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Nicodemos Fernandes e a ele compete:

6.1.1. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

6.1.2. Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

6.1.3. Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

6.1.4. Informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento.

6.1.5. Emitir a ordem de compra, receber o material licitado, atestar a Nota Fiscal, fazer a conferência dos produtos e providenciar a liquidação na nota de empenho através da assinatura e identificação.

7 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1. A entrega dos pneus será realizada de forma parcelada e mediante a solicitação emitida pelo Setor de Compras ou pelo representante da Secretaria Responsável, **em até 05 (cinco) dias corridos**, prazo este que pode ser prorrogado, uma única vez e por igual período,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

mediante pedido expresso e devidamente justificado do(s) fornecedor(es) contratado(s) e mediante critério de conveniência e oportunidade da Administração.

7.2. A prestação dos serviços de reforma será realizada de forma parcelada e mediante a solicitação emitida pelo Setor de Compras ou pelo representante da Secretaria Responsável, devendo o(s) pneu(s), após reformado(s), ser(em) devolvido(s) na sede do Município **em até 10 (dez) dias úteis**, prazo este que pode ser prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante pedido expresso e devidamente justificado do(s) fornecedor(es) contratado(s) e mediante critério de conveniência e oportunidade da Administração.

7.3. Caso os produtos apresentem irregularidades, especificações incorretas, ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade solicitará a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. O atraso na correção dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além da aplicação das penalidades cabíveis.

7.4. Os produtos deverão ser no ato da entrega, apropriados para o uso. O Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos se reserva o direito de devolver, no todo ou em parte, os produtos que não atenderem ao que ficou estabelecido no edital e/ou que não estejam adequados para o uso e consumo;

7.5. Todas as despesas relativas às entregas dos produtos, tais como: fretes e/ou transportes correrão à custa exclusivamente da Contratada;

7.6. Os Produtos deverão ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor - LEI nº 8.078/90 e legislação pertinente;

7.7. Fornecidos em embalagem original e lacrada, contendo a indicação de marca e dados do fabricante, como: razão social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade e registro do produto na ANVISA, se for o caso.

7.8. O fornecimento será através de entregas futuras, de acordo com as especificações do Anexo II do Edital e conforme requisições do Setor Responsável. Deverá a Nota fiscal estar em conformidade com as descrições do Edital, inclusive com a marca, e deverá estar acompanhada da cópia da CND (Certidão Negativa de Débito) do FGTS e do INSS, condição está indispensável para efetuar o pagamento.

8 – DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da entrega total dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em dez dias após a data de sua apresentação válida.

8.3. O pagamento será feito através de depósito bancário em conta corrente em nome da Contratada ou cheque nominal.

8.4. A Nota Fiscal emitida pelo licitante deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do processo licitatório e nº do Pregão, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

9 – DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos da legislação.

9.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade, conforme legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

9.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer descumprimento pelo fornecedor, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto da presente Licitação correrão por conta das dotações específicas na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

11 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O Fornecedor terá o seu Registro de Preços cancelado:

11.1.1. A pedido, quando:

11.1.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

11.1.1.2. O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material/equipamento.

11.1.2. Por iniciativa do Município, quando:

11.1.2.1. O Fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

11.1.2.2. O Fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

11.1.2.3. Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

11.1.2.4. O Fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

11.1.2.5. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, ou nos pedidos dela decorrentes.

11.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município.

11.3. Na hipótese de cancelamento do registro de alguma licitante vencedora, o Município fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais licitantes a nova ordem de registro.

12 – DAS OBRIGAÇÕES – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA:

12.1. A empresa fornecedora se obriga a:

12.1.1. Cumprir o prazo máximo de 05 (cinco dias) para assinar a ata de Registro de Preços e futuro contrato, sob pena da perda do direito objeto desta licitação.

12.1.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº. Do Processo Administrativo e do Pregão Eletrônico e da Nota de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.2. A empresa fornecedora não será responsável por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

12.3. O Município não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da empresa fornecedora para outras entidades, sejam fabricantes ou quaisquer outros.

12.4. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas nesta licitação.

12.5. Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

12.6. DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (MUNICÍPIO):

- 12.6.1.** O Município de Capitão Andrade obriga-se a:
12.6.1. Efetuar o pagamento à fornecedora, de acordo com o previsto neste instrumento.
12.6.2. Comunicar imediatamente à empresa qualquer irregularidade manifestada na entrega do equipamento/serviço.
12.6.3. Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do fornecimento do bem objeto deste ajuste.

13. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 13.1.** Não será permitido adesão a esta Ata de Registro de Preços.

14 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1.** São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 003/2026 e a(s) proposta(s) da(s) FORNECEDORA(S).
14.2. A existência da presente Ata de Registro de Preços não obriga a Prefeitura Municipal de Capitão Andrade a firmar futuras solicitações.
14.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itanhomi/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vai subscrito pela PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG e pelas FORNECEDORAS, para que este documento produza todos os efeitos legais e jurídicos de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 14.133/2021.

Capitão Andrade/MG, ____ de _____ de 2026.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXX
Empresa

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

ANEXO IV

MINUTA DO INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/20__
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 003/2026

PARTES:

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG**, pessoa Jurídica de direito público interno, sediado na Rua Messias Nogueira da Silva, 500 - Centro, inscrito no CNPJ sob nº **66.229.105/0001-25**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Jackson de Oliveira Machado**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado no município de Capitão Andrade/MG, doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na Rua/Av. _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de _____/____, CEP nº _____, neste ato representada pelo seu representante/procurador, o Sr. _____, inscrito no CPF sob o nº _____ e C.I. nº _____, e-mail institucional: _____, doravante denominada **CONTRATADA**.

Têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021, decorrente do Processo Licitatório nº 005/2026, modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. O objeto do presente termo de contrato é o “*Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de pneumáticos novos e serviços de reformas de pneus para manutenção da Frota de Veículos de Capitão Andrade/MG*”.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo nº. 005/2026, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 003/2026, bem como a proposta da **CONTRATADA**, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

Descrição do item:

Item	Descrição do item	Unid.	Quant.	Marca / Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01						
02						
03						
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

2.1 - O valor deste contrato é de **R\$ ____** (...), correspondente à proposta ofertada pela **CONTRATADA**.

2.2 - O **CONTRATANTE** poderá acrescentar ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

2.3 - Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

3.1 - O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado em até 30 (trinta) dias, à **CONTRATADA**, através da Tesouraria, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1 - A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela **CONTRATADA** diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará a realização dos serviços e liberará a Nota Fiscal para pagamento quando cumpridas, pela **CONTRATADA**, todas as condições pactuadas.

4.1.2 - A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de Capitão Andrade e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.1.3 - Para execução do pagamento, **CONTRATADA** deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de Capitão Andrade, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.

4.1.4 - Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de Capitão Andrade/MG.

4.2 - A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da **CONTRATADA**.

4.3 – O Município de Capitão Andrade poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela **CONTRATADA** caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A **CONTRATADA** deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de Capitão Andrade.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida.
- c) A **CONTRATADA** retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município de Capitão Andrade.
- d) Débito da **CONTRATADA** para com o Município de Capitão Andrade quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 - Após interregno de um ano, a contar da data do orçamento estimado, a pedido do **CONTRATADO**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.1.1 - Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, serem refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A dotação relativa ao exercício financeiro será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a empresa vencedora a:

7.1.1. E-MAIL INSTITUCIONAL: É dever da empresa vencedora/contratada manter durante o período de vigência do contrato/serviço, e-mail institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o Município de Capitão Andrade, será feito através do e-mail licitacao@capitaoandrade.mg.gov.br, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

7.2. Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo e local informado, juntamente com a emissão da ordem de compra, mediante agendamento prévio junto ao Setor de Compras do Município de Capitão Andrade.

7.3. Carregar e disponibilizar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) também constituem obrigações exclusivas da empresa vencedora, a serem cumpridas com força de trabalho própria e as suas expensas.

§ 1º - O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Pregão e da proposta.

§ 2º - O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo Município de Capitão Andrade, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e entregue no Setor de Compras do Município Capitão Andrade/MG, antes de expirar o prazo contratual inicialmente estabelecido.

7.4. Garantir os materiais contra defeitos de fabricação e também, contra vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega.

7.4.1. Fornecer materiais de primeira qualidade, considerando-se como tais àqueles que atendam satisfatoriamente os fins aos quais se destinam, apresentando ótimo rendimento, durabilidade e praticidade.

7.5. Arcar com todos os ônus necessários à completa entrega, considerando-se como tal a disponibilização, nos locais indicados pelo Município Capitão Andrade, conforme quantitativo(s) adjudicado(s), tais como transporte, encargos sociais, tributos e outras incidências, se ocorrerem.

7.6. Substituir, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, os itens que, no ato da entrega, estiverem danificadas, violadas e/ou com identificação ilegível e em desacordo com as condições necessárias estabelecidas neste instrumento. Exceto, quando pela natureza do bem, origem do produto e logística de sua entrega, for impossível substituir no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, podendo o **CONTRATANTE** conceder prazo maior.

7.7. Substituir, ainda, por outro de qualidade, todo produto com defeito de fabricação.

7.8. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar a de acordo com as especificações e instruções deste Instrumento e seus anexos, sendo que o transporte até o(s) local(is) de entrega correrá exclusivamente por conta do fornecedor, bem como pelo que o método de embalagem deverá ser adequado à proteção efetiva de toda mercadoria contra choques e intempéries durante o transporte.

7.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da entrega do(s) produto(s), num prazo máximo de **10 (dez) dias consecutivos**, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido, sendo que o tempo extra despendido poderá ser computado para aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

7.10. Cumprir rigorosamente com o disposto no Edital e demais anexos.

7.11. Manter durante a execução deste contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

7.12. Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do presente Instrumento.

7.13. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados, diretamente ao Município de Capitão Andrade ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo.

7.14. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Constituem obrigações do **CONTRATANTE**, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no Edital.

8.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços do objeto deste Contrato.

8.3.1. O disposto neste instrumento será fiscalizado pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do fiscal indicado, que acompanhará a entrega, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

8.4. Emitir as ordens de serviços à empresa vencedora, de acordo com as necessidades, respeitando os prazos para atendimentos;

8.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor;

8.6. Efetuar o pagamento na forma ajustada no Edital e no Instrumento Contratual;

8.7. Cumprir com as demais obrigações constantes no Edital e outras previstas no Contrato/ ata de registro de preço.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

9.1 - O cumprimento do disposto neste instrumento será fiscalizado pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do(a) fiscal de contratos, Sr. William Pereira Conceição, que acompanhará a entrega, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à empresa vencedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

9.2 - Resguardada a disposição do subitem precedente, a fiscalização representará o **CONTRATANTE** e terá as seguintes atribuições:

- a) Definir o objeto desta licitação, caracterizado por especificações e referências necessárias ao perfeito entendimento pelos licitantes;
- b) Receber o produto, verificando a sua conformidade com as especificações estabelecidas e da proposta, principalmente quanto ao modelo ofertado, quantidade, marca (se for o caso), etc;
- c) Assegurar à empresa vencedora acesso as suas dependências, por ocasião da entrega da mercadoria;
- d) Agir e decidir em nome do **CONTRATANTE**, inclusive, para rejeitar a(s) mercadoria(s) fornecida(s) em desacordo com as especificações exigidas;
- e) Coletar, se julgar necessário, amostra(s) de todos os itens, para realização de análise;
- f) Comunicar oficialmente à empresa vencedora quanto à rejeição do(s) produto(s);
- g) Certificar a Nota Fiscal correspondente somente após a verificação da perfeita compatibilidade entre o(s) produto(s) entregue(s) ao que foi solicitado;
- h) Exigir da empresa vencedora o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas;
- i) Sustar o pagamento de faturas no caso de inobservância, pela empresa vencedora, de condições previstas neste instrumento;
- j) Transmitir ordens e instruções, verbais ou escritas, à empresa vencedora, no tocante ao fiel cumprimento do disposto neste instrumento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

- k) Solicitar a aplicação, nos termos deste instrumento, de multa(s) à empresa vencedora;
- l) Instruir o(s) recurso(s) da empresa vencedora no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s), quando essa discordar do **CONTRATANTE**;
- m) No exercício de suas atribuições fica assegurado à fiscalização, sem restrições de qualquer natureza, o direito de acesso a todos os elementos de informações relacionados com o objeto deste instrumento, pelo mesmos julgados necessários.

9.3. A gestão do contrato será exercida pela Secretária Municipal de Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Sr. Nicodemos Fernandes

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. - O contrato celebrado poderá ser rescindido a qualquer momento, nos termos dos Art. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021 e suas sucessivas alterações posteriores, sem direito a qualquer indenização.

10.2 - Formalizada a rescisão, que vigorará a partir da data de sua comunicação à contratada, esta entregará a documentação correspondente aos serviços executados que, se aceitos pela Fiscalização, serão pagos pelo **CONTRATANTE**, deduzidos os débitos existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** ou não veracidade das informações prestadas, poderá acarretar, resguardados os preceitos legais pertinentes, sendo-lhe garantida a prévia defesa, nas seguintes sanções:

- a) Advertência pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para o Município de Capitão Andrade, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- b) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração, na entrega da mercadoria/prestação do serviço/execução da obra, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- c) Multa de até 10% do total do contrato/ordem de compra/serviço para o caso de execução imperfeita do objeto.
- d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato/ordem de compra/serviço se deixar de entregar a mercadoria/prestar o serviço/executar a obra, no prazo determinado, ainda que inicial, intermediário ou de substituição/reposição.
- e) Impedimento de licitar e contratar, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021;

11.2 - As penalidades acima relacionadas não são exaustivas, mas sim exemplificativas, podendo outras ocorrências ser analisadas e ter aplicação por analogia e de acordo com a Lei nº 14.133/2021, em especial aos artigos 155 a 163.

11.3 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CESSÃO

12.1 - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1 - O presente contrato é regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.024/2019, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

nº 003/2026, Processo Licitatório nº 005/2026.

13.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Itanhomi/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, em 02 (duas) vias, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Município de Capitão Andrade/MG, ____ de _____ de 202__.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO

Prefeito Municipal / Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Empresa / Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

CPF: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Prefeitura Municipal de Capitão Andrade/MG

Eu _____ (Representante Legal devidamente qualificado) _____, Representante Legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARO**, para os devidos fins e sob as penas da Lei, que a empresa:

- 1) ☐ Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 2) ☐ Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3) ☐ Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4) ☐ Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
- 5) ☐ Declaro que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6) ☐ Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7) ☐ Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- 8) ☐ 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- 9) ☐ Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.
- 10) ☐ Sim, ME ☐ Sim, EPP ☐ Não, Outros Enquadramentos.

(Local e Data) _____/_____, _____ de _____ de 2026.

NOME (REPRESENTANTE LEGAL)
(Assinatura e carimbo)

OBSERVAÇÃO: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel que identifique o licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

ANEXO VI

DECRETO n.º 598, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025.

Regulamenta a prioridade de contratação de ME e EPP local ou mesorregional, bem como o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas - ME, empresas de pequeno porte - EPP, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Municipal.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO, Prefeito Municipal de Capitão Andrade/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, etc...

CONSIDERANDO que recentemente o TCE/MG, na Consulta n.º 1167118, cujo acórdão foi publicado aos 25.09.2025, decidiu que o Município não pode restringir licitações a empresas locais, regionais ou mesorregionais em razão de limitação geográfica, que apenas pode ser estipulada, de forma excepcional, em relação ao estabelecimento do vencedor da licitação, seja depósito, oficina, filial, escritório, representação etc., como condição contratual, quando indispensável à execução satisfatória do contrato;

CONSIDERANDO assim a necessidade de alterar as normas infralegais que regulamentavam no âmbito deste Município a exclusividade para ME e EPP locais ou mesorregionais;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a prioridade de contratação de ME ou EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% do melhor preço válido, à luz do art. 48, § 3.º da LC 123/2006;

DECRETA:

Art. 1º. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

- I - Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
- II - Ampliar a eficiência das políticas públicas; e
- III - Incentivar a inovação tecnológica.

§1º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

§2º. Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Âmbito local: limites geográficos do Município de Capitão Andrade/MG;

II - Âmbito regional: empresas sediadas em Capitão Andrade/MG e na mesorregião do Rio Doce, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE;

III - Microempresas e empresas de pequeno porte: a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, que atendam aos critérios estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006;

IV - Sociedade cooperativa: se dará nos termos do art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º, da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

§3º. Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

§4º. Cabe ao licitante solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§5º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 2º. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou as entidades contratantes deverão, sempre que possível:

I - Instituir cadastro próprio, de acesso livre, ou adequar os eventuais cadastros existentes, para identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente, juntamente com suas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e as subcontratações;

II - Padronizar e divulgar as especificações dos bens, serviços e obras contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas regionalmente;

IV - Considerar, na construção de itens, grupos ou lotes da licitação, a oferta local ou regional dos bens e serviços a serem contratados; e

V - Disponibilizar informações no sítio eletrônico oficial do órgão ou da entidade contratante sobre regras para participação nas licitações e cadastramento e prazos, regras e condições usuais de pagamento.

Art. 3º. Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social.

Art. 4º. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

§1º. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§2º. Para aplicação do disposto no § 1º, o prazo para regularização fiscal será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.

§3º. A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

§4º. A não regularização da documentação no prazo previsto nos §§ 1º e 3º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas, sendo facultado à administração pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

Art. 5º. Nas licitações, será assegurada, como critério de desempate, prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º. Entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço, ressalvado o disposto no § 2º.

§2º. Na modalidade de pregão, entende-se haver empate quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o *caput* deste artigo sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

§3º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte local ou regional.

§4º. A prioridade de que trata o *caput* será concedida da seguinte forma:

I - Ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte local ou regional melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§5º. Não se aplica o sorteio a que se refere o inciso III do § 4º quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados de acordo com a ordem de apresentação pelos licitantes.

§6º. No caso do pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§7º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será estabelecido pelo órgão ou pela entidade contratante e estará previsto no instrumento convocatório.

§8º. Nas licitações do tipo técnica e preço, o empate será aferido levando em consideração o resultado da ponderação entre a técnica e o preço na proposta apresentada pelos licitantes, sendo facultada à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior, nos termos do regulamento.

§9º. Conforme disposto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, o critério de desempate previsto neste artigo observará as seguintes regras:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento próprio, ou na sua falta, o federal;

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no *caput* deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 6º. Os órgãos e as entidades contratantes, nos termos do art. 48, I, da LC 123/06, deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), vedada a limitação geográfica local, regional ou mesorregional.

Art. 7º. Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e as entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da contratação;

II - Que as microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º;

IV - Que a empresa contratada se comprometa a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

V - Que a empresa contratada se responsabilize pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

§1º. Deverá constar do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - Microempresa ou empresa de pequeno porte;

§2º. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§3º. O disposto no inciso I do *caput* deverá ser comprovado no momento da aceitação, na hipótese de a modalidade de licitação ser pregão, ou no momento da habilitação, nas demais modalidades, sob pena de desclassificação.

§4º. É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

§5º. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§6º. São vedadas:

I - A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III - A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

Art. 8º. Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

§1º. O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º. O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§3º. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§4º. Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

§5º. Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.

Art. 9º. Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:

I - Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; e

II - De modo a atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste Decreto e no artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006, os benefícios referidos poderão priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, podendo pagar preço superior ao melhor preço válido, até o limite de 10% (dez por cento), observando o seguinte:

III - Aplica-se o disposto no inciso anterior, nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço ofertado;

a) A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Capitão Andrade/MG;

b) Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas neste Município, cuja proposta esteja no limite de até 10% (dez por cento) previsto neste inciso, a prioridade poderá ser dada



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

para as microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na mesorregião do Rio Doce e, em último caso, aquelas sediadas em municípios situados no Estado de Minas Gerais.

c) Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base nas alíneas “a” e “b”, serão convocadas as remanescentes na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, quando se tratar de contratações na forma eletrônica o sistema automaticamente dará como vencedora a empresa que enviou antes a sua proposta;

e) Nas licitações a que se refere o art. 8º, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:

I - Não houver o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei nº 14.133/2021, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 75, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

Art. 11. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 12. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - Microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - Agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - Produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - Microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - Sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE
Estado de Minas Gerais
Rua: Messias Nogueira da Silva, 500 – centro.
CNPJ: 66.229.105/0001-25 – CEP 35123-000 – Fone: 3231-9124

e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

§1º. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

§2º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 13. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos Municipais n.º 427/21, 484/22, 496/22 e 559/24.

Publique-se, registre-se, cumpram-se.

Capitão Andrade/MG, 14 de outubro de 2025.

JACKSON DE OLIVEIRA MACHADO
PREFEITO MUNICIPAL

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO para os devidos fins, que nos termos da Lei Orgânica Municipal, o presente ato administrativo foi publicado nesta data mediante afixação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e ali permanecerá pelo prazo legal.

Capitão Andrade-MG, 14 de outubro de 2025.

BIANCA MORALES HENRIQUES
Secretária Municipal